

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOSIANE ROCHA CARVALHO

ETIÓPIA: PAPEL REGIONAL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Porto Alegre

2013

JOSIANE ROCHA CARVALHO

ETIÓPIA: PAPEL REGIONAL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2013

JOSIANE ROCHA CARVALHO

ETIÓPIA: PAPEL REGIONAL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof^a. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

Aos meus pais, Mercedes e Cláudio.

AGRADECIMENTOS

Sou privilegiada de ter ao meu redor pessoas incríveis, que gostaria que se sentissem parte da conclusão desta etapa e deste estudo. Aos que tenham colaborado direta, ou indiretamente, deixo aqui minha gratidão e reconhecimento.

Início agradecendo à minha amada família, sempre presente e única, e que torce tanto por mim. Aos meus pais, por todas as oportunidades proporcionadas, pela paciência e apoio incondicional. À vó, pelo exemplo de vitalidade. Aos meus irmãos, Gabriel e Lessandro, grandes companheiros com quem tenho a sorte de compartilhar minha história. À “irmã do coração”, Letícia, pelo incentivo e por me salvar tantas vezes! Ao Léo, sempre disposto a ajudar. Ao Matheus, agradeço por proporcionar a volta à infância, todos os dias.

Agradeço aos amigos, tão especiais, com quem a convivência me torna uma pessoa melhor. Muitos deles futuros professores, tenho certeza de que a educação brasileira está em boas mãos! Agradeço, em especial, às minhas queridas amigas desde os tempos de escola, cuja amizade reforça o sentido de minha existência. Jovens mulheres conscientes da importância da generosidade, em um mundo tão individual. Agradeço também aos amigos que encontrei na UFRGS, e que certamente contribuíram na minha formação, não é sem motivos que somos “das RI da melhor categoria”.

Não poderia deixar de agradecer, em um trabalho de conclusão de curso, aos professores que tive ao longo da vida. Obrigada por iluminarem meu caminho até aqui. Especialmente aos professores da UFRGS, me orgulho de ter sido aluna de profissionais competentes e sábios, comprometidos ao ensino crítico e à autonomia intelectual dos estudantes. Deixo um agradecimento especial à Prof^a Analúcia, pela atenção, paciência e orientação. Além disso, agradeço por me inspirar a ser uma africanista também!

Sou grata, por fim, pela possibilidade de ter estudado na UFRGS e contado com ensino público de qualidade. Espero poder retribuir à sociedade e à universidade todo o investimento feito em mim, o mais breve possível.

RESUMO

O presente estudo busca responder qual o papel regional da Etiópia e seus desafios para o desenvolvimento. O trabalho justifica-se pela pouca bibliografia sobre o assunto, e por combater a percepção usual de que a África está fadada às guerras e à miséria. Para isso, percorre-se a história etíope e as relações regionais com seus principais vizinhos, Somália e Eritreia. Inicialmente, é descrita a formação da Etiópia Imperial, as características do Estado e da sociedade na época. Em seguida, estuda-se o país durante a Guerra Fria, mais precisamente após 1970, quando o conflito foi introduzido no Terceiro Mundo. Naquele período, houve a Revolução Etíope, através da qual foi implementado o regime socialista no país. Também foi quando eclodiram as guerras regionais contra Eritreia e Somália, bastante dispendiosas, e que desviaram recursos que poderiam ser destinados ao desenvolvimento. Por fim, compreende-se o período pós-Guerra Fria, em que a nova configuração do país é o federalismo étnico. Quanto às relações regionais, outra vez houve conflito contra a Eritreia, e o Estado colapsado da Somália emergiu como uma ameaça aos países da região. Tendo sido central na maioria das guerras no Chifre, atualmente a Etiópia exerce o papel de promotora da estabilidade regional. Com seu objetivo nacional de investir no desenvolvimento, principalmente obstaculizado pelas guerras, procura empreender na melhoria das relações do Chifre Africano.

Palavras-chave: Etiópia. Chifre Africano. Conflito Regional. Guerra Fria. Revolução.

ABSTRACT

The present study aims to establish the regional role of Ethiopia and its challenges to development. The research is justified by the scarce literature on the subject and the common perception that Africa is destined to wars and poverty. To achieve this goal, the study comprises the Ethiopian history and the relations it maintains with its main neighboring countries, namely Somalia and Eritrea. First, we describe Imperial Ethiopia's foundation process and its early society and government characteristics. We then explore the country during the Cold War, precisely after 1970, when the conflict spread through to the Third World. At the time, the Ethiopian Revolution took place and implemented the socialist regime in the country. Costly regional wars against Eritrea and Somalia erupted, consuming resources that could have funded the country's development. Finally, we analyze the post-Cold War period, when the ethnic federalism was adopted by the country and a new conflict with Eritrea emerged, making the failed state of Somalia a threat to the neighboring nations. Being involved in most conflicts of the area known as Horn of Africa, Ethiopia currently plays the role of promoter of local stability. Along with a national goal of investing in development, Ethiopia pursues the improvement of its regional relations.

Keywords: Ethiopia. Horn of Africa. Regional Conflict. Cold War. Revolution

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMISON	– African Union Mission in Somalia (Missão da União Africana na Somália)
COPWE	– Commission to Organize the Party of Workers of Ethiopia (Comissão para Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia)
DERG	– Comitê Coordenado das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial
ELF	– Eritrean Liberation Front (Frente de Libertação da Eritreia)
ELM	– Eritrean Liberation Movement (Movimento de Libertação da Eritreia)
EPLF	– Eritrean People's Liberation Front (Frente Popular de Libertação da Eritreia)
EPRDF	– Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front (Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope)
EUA	– Estados Unidos da América
IGAD	– Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
MEISON	– All-Ethiopia Socialist Movement (Movimento Socialista de Todos os Etíopes)
OLF	– Oromo Liberation Front (Frente de Libertação de Oromo)
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONLF	– Ogaden National Liberation Front (Frente de Libertação Nacional de Ogaden)
OPDO	– Oromo People's Democratic Organization (Organização Democrática do Povo de Oromo)
OUA	– Organização da Unidade Africana
PIB	– Produto Interno Bruto
PMAC	– Provisional Military Advisory Council (Conselho Administrativo Militar Provisório)
SEPDM	– Southern Ethiopian People's Democratic Movement (Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia)
TFG	– Transitional Federal Government (Governo Federal de Transição)
TPLF	– Tigrayan People's Liberation Front (Frente de Libertação do Povo do Tigre)
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UA	– União Africana

- UNAMID** – United Nations African Union Mission in Darfur (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur)
- UNISFA** – United Nations Interim Security Force for Abyei (Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei)
- UNMEE** – United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea (Missão de Paz das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia)
- UNMIL** – United Nations Mission in Liberia (Missão das Nações Unidas na Libéria)
- UNMISS** – United Nations Mission in South Sudan (Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul)
- UNOCI** – United Nations Operation in Côte d'Ivoire (Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim)
- UIC** – Union Islamic Court (União das Cortes Islâmicas)
- WPE** – Worker's Party of Ethiopia (Partido Trabalhador Etíope)
- WSLF** – Western Somali Liberation Front (Frente de Libertação Ocidental da Somália)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA DA ETIÓPIA	16
2.1 FORMAÇÃO DO IMPÉRIO ETÍOPE	17
2.2 A ESTRUTURA DA SOCIEDADE ETÍOPE	20
2.3 O GOVERNO DE HAILÉ SELASSIÉ	22
2.3.1 Constituição do Governo de Hailé Selassié (1928-1960)	23
2.3.2 Anexações Territoriais e Criação da Organização da Unidade Africana	25
2.3.3 Queda de Hailé Selassié e da nobreza etíope (1960 – 1974)	27
3 ETIÓPIA NA GUERRA FRIA	31
3.1 A REVOLUÇÃO ETÍOPE	32
3.2 TROCA DE ALIANÇAS	35
3.3 CONFLITOS REGIONAIS	39
3.3.1 A Guerra entre Etiópia e Somália	40
3.3.2 A Guerra entre Etiópia e Eritreia	43
3.4 O FIM DO GOVERNO SOCIALISTA	47
4 ETIÓPIA NO PÓS-GUERRA FRIA	50
4.1 FEDERALISMO ÉTNICO	52
4.2 RELAÇÕES REGIONAIS	55
4.2.1 Etiópia e Eritreia	56
4.2.2 Etiópia e Somália	58
4.2.3 Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento	60
4.2.4 União Africana	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A – MAPA ATUAL DA ETIÓPIA	73
ANEXO B – MAPA DENSIDADE DEMOGRÁFICA E ETNIAS	74
ANEXO C – MAPA DAS ZONAS ADMINISTRATIVAS	75
ANEXO D – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DE OGADEN	76

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre a Etiópia, frequentemente remete-se a dois mitos contraditórios. O primeiro deles é relacionado a um país sinônimo de pobreza e do afro-pessimismo, ideia bastante fortalecida ao longo dos anos 1990. O segundo remete a uma pátria ideal, concebida pelos afro-americanos, onde não haveria miséria nem exploração do povo. Entretanto, distanciando-se dos mitos, é escassa a compreensão sobre a história do país e sua realidade.

A República Democrática Federal da Etiópia localiza-se no nordeste da África, em uma região conhecida como Chifre Africano. O país compreende uma área de 1.104.300km² e está cercado por todos os outros seis países da região¹: Djibuti, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, e Sudão, não possuindo acesso ao mar. A zona onde se encontra o território etíope, por sua vez, é delimitada ao norte pelo Mar Vermelho, ao leste pelo Oceano Índico e a oeste pelas nascentes do Nilo. Assim, ao longo de sua história serviu de passagem entre a África e o Oriente Médio, apresentando-se como estrategicamente importante. O Chifre Africano guarda o trânsito dos navios provenientes dos países produtores de petróleo, que vão em direção ao ocidente passando pelo estreito de Bab-el-Mandeb.

Anteriormente conhecida como Abissínia, a Etiópia possui uma longa história, calculada em mais de três mil anos. Foi mencionada inclusive nas obras de Heródoto e Homero, bem como no Velho Testamento, segundo Schwab (1985). Durante sua formação estatal, tornou-se um enorme e multiétnico império, o que permitiu a resistência exitosa frente à disputa ocidental pelo continente, no fim do século XIX. Além de resistir, os etíopes também participaram do confronto: expandiram seu território através da subjugação de entidades políticas menores, rapidamente se tornando uma potência regional, dominando o interior enquanto confinavam os Europeus à costa (SCHMIDT, 2013).

O império da Etiópia foi formado, em síntese, através da dominação dos povos do norte sobre os habitantes do sul. Os reinos que se alternaram no poder expandiram seu controle sobre as diversas etnias da região, agregando-as ao Estado. O cristianismo e o feudalismo foram características importantes do império, proporcionando as bases

¹ A extensão da fronteira com cada um desses países é: Djibuti (349 km), Eritreia (912 km), Quênia (861 km), Somália (1,600 km), Sudão do Sul (837 km), e Sudão (769 km) (CIA, 2013).

sobre as quais ele se sustentou. Como a economia do período era basicamente agrária, os camponeses foram explorados pela parcela da população proprietária de terras.

Entre os anos de 1928 e 1974, a Etiópia foi governada por seu último imperador, o “rei dos reis” Hailé Selassié. Esse governante era visto pelo ocidente como um “déspota esclarecido”, pelas reformas modernizantes que buscou executar no país. Todavia, ele também foi o responsável pela oficialização do sistema feudal no Estado.

No âmbito externo, Selassié foi bastante hábil em explorar a posição etíope como único país africano a permanecer livre da opressão colonial. A partir das décadas de 1950 e 1960 - em poucos anos - o continente africano testemunhou o aparecimento de dezenas de novos países. A Etiópia, com uma extensa trajetória estatal, perseguiu a liderança nesses novos Estados, culminando em sua participação como um dos fundadores da Organização da Unidade Africana. Ademais, o território expandiu-se durante o reinado de Selassié, agregando a região de Ogaden e a Eritreia. Essas anexações foram possíveis, em boa parte, pela força regional de Addis Abeba (capital etíope) frente às jovens regiões recém-descolonizadas e sua proximidade com os norte-americanos, naquele momento.

As pequenas reformas modernizantes do governo de Hailé Selassié acabaram contribuindo para a ascensão de novos setores da sociedade, que começaram a demonstrar descontentamento em relação ao império. Também os militares, principalmente os de baixa patente, perceberam que possuíam peso político no país. Unidos, esses setores da sociedade teceram a Revolução Etíope de 1974, evento caracterizado como único no Terceiro Mundo. A sociedade, liderada pelos militares, derrubou o regime absolutista, substituindo-o por um governo de orientação marxista-leninista. Dessa forma, esse evento se assemelha ao da Revolução de 1917, na Rússia, e se distancia de outros casos contemporâneos ao seu, mais voltados aos ideais nacionalistas e anticolonialistas.

Apesar de ter destruído em definitivo as estruturas feudais e o governo absolutista, a Revolução Etíope inaugurou um período de grande instabilidade, tanto interna quanto externa. Enquanto o governo socialista se consolidava, a luta da Eritreia para separar-se da Etiópia se tornou mais forte, e a região de Ogaden converteu-se no motivo da guerra entre etíopes e somalis. Somando-se a essas questões, a Guerra Fria, a partir da década de 1970, direcionou-se para o Terceiro Mundo. Por conseguinte, os dois blocos influenciaram nas hostilidades da região, fortalecendo as insurgências já existentes, e contribuindo para seu armamento.

Os conflitos regionais e falhas nas reformas implementadas pelo governo acabaram ocasionando o fim do regime socialista, em 1991. Mengistu Haile Mariam, que governou os etíopes durante os dezessete anos de marxismo-leninismo, foi deposto por uma coalizão de movimentos insurgentes. Mesmo após o fim da Guerra Fria e o desengajamento das superpotências na região, permaneceram as tensões entre Etiópia, Eritreia e Somália ao longo das últimas duas décadas. O novo governo instaurado na Etiópia interpretou os problemas domésticos do país como causados pela opressão das etnias. Assim, foi implementado o federalismo étnico, concedendo ampla autonomia aos diferentes grupos. Essa foi a primeira das diversas medidas que buscavam contrapor-se às ações do governo anterior.

Atualmente, a Etiópia é o segundo país mais populoso do continente africano com mais de 93 milhões de habitantes. A maior parcela da população permanece no campo (84%), enquanto a fração de habitantes da área urbana é de 16%. Isso reflete no PIB do país, majoritariamente formado pela produção agrícola, a qual totalizou mais de 330 milhões de dólares no ano de 2012 (ETHIOPIA, 2013).

O Chifre Africano abrange territórios que dividiram, ao longo de sua história, valores sociais e culturais construídos durante séculos de tradições, práticas religiosas comuns e ligações econômicas. Dessa forma, os destinos políticos de cada um dos Estados sempre estiveram profundamente interligados. A Etiópia encontra-se centralizada nessa região, tão sensível aos conflitos em seus vizinhos.

Assim, as perguntas, ou problemas de pesquisa, que esse trabalho se propõe a responder são: qual o papel regional da Etiópia a partir da inserção da África no sistema mundial contemporâneo? E quais são os desafios apresentados na busca pelo desenvolvimento etíope? Para responder a essas perguntas, analisaram-se a história da Etiópia e suas relações regionais em três momentos: durante a formação do Império Etíope, na Guerra Fria, e no pós-Guerra Fria.

Ao longo dos anos 1990, após o fim do confronto bipolar, a África passou por um período de marginalização e esquecimento. Os olhos do mundo voltaram-se para acontecimentos como o fim do bloco socialista, a redemocratização da América Latina e a ascensão dos países asiáticos. Dessa forma, com o desengajamento das superpotências no continente, esperava-se que os conflitos deixariam de existir. Todavia, a realidade foi justamente o contrário, com diversas guerras irrompendo e agravando a situação dos países africanos. Assim, o continente passou a ser visto como um lugar onde a violência, a fome, as epidemias e os refugiados eram problemas irremediáveis e

intrínsecos à região. A Etiópia, nesse sentido, foi um dos países símbolos do afropessimismo.

Esse trabalho justifica-se por tentar apresentar na análise do caso etíope, e sua interação com outros países da região, que o subdesenvolvimento e os conflitos não são condições inerentes nem aos africanos, nem a Etiópia. Porém, sim, consequência de sua trajetória histórica e de seu processo de formação estatal, ainda incompleto entre os países do continente. Além disso, o trabalho também procura contribuir com a literatura sobre a Etiópia, muito escassa, especialmente em língua portuguesa. A África permanece um assunto pouco discutido, contraditoriamente até mesmo no Brasil, a “segunda maior nação africana”.

A metodologia utilizada neste trabalho foi pesquisa baseada em enfoque qualitativo. Dessa forma, para realizá-lo foi efetuada a revisão e sistematização da produção bibliográfica sobre o assunto. Além disso, foram também utilizadas monografias produzidas na Universidade de Addis Abeba, e documentos emitidos pelo governo etíope, como o Livro Branco de Defesa e as Constituições. Fontes de organismos internacionais, como a União Africana também foram consultados.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro deles é destinado à evolução histórica etíope, assim buscando descrever a concepção precoce do Estado e a formação do império. Em seguida, são analisadas as características da sociedade, a qual guardava grandes semelhanças com a estrutura feudal existente na Europa. Por fim, o capítulo enfatiza o governo de Hailé Selassié, governante que ensaiou a liderança etíope no continente. Também é construído um panorama do período pré-revolucionário, explicitando as circunstâncias que culminaram na revolução.

O capítulo II se propõe a analisar a Etiópia no período da Guerra Fria. Assim, contextualiza-se o momento em que o confronto bipolar chegou ao Terceiro Mundo, concomitante às revoluções da década de 1970. Em seguida, descreve-se a consolidação do governo marxista-leninista e as mudanças estruturais do país para, posteriormente, estudar a alternância de alianças entre as superpotências. Durante a Guerra Fria, a Etiópia passou por dois conflitos, um contra Eritreia e outro se opondo a Somália. As razões e desenvolvimentos dessas guerras também são compreendidos no capítulo. Encerra-se essa seção averiguando a queda do regime socialista na Etiópia e o princípio do processo de independência da Eritreia.

O terceiro capítulo objetiva estabelecer um estudo da Etiópia no pós-Guerra Fria. Primeiramente, ao introduzir o capítulo, faz-se uma análise da África após o fim

do conflito entre os dois blocos, sua marginalização nos anos 1990, e renascimento nos anos 2000. Na seguinte subdivisão, o novo governo etíope é apresentado, explicando então a adoção do federalismo étnico e as mudanças sucedidas no país. Em último lugar, o espaço é dedicado ao estudo das relações regionais com Somália e Eritreia, principais vizinhos e ameaças à segurança do Estado etíope. Por fim, é estudada a participação etíope na esfera das iniciativas regionais da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e da União Africana (UA).

2 HISTÓRIA DA ETIÓPIA

Citada tanto nas obras de Homero e Heródoto, bem como no Velho Testamento, a Etiópia (ou Abissínia, como era anteriormente chamada) possui uma história que se prolonga por mais de três mil anos. Por esse período atravessaram grandes impérios, como o Axum, e importantes imperadores, como Menelik II (1889 – 1913) e Haile Selassie I (1930 – 1974), ambos importantes na formação do país. Esses reinos sustentaram-se através de uma sociedade de características muito próximas ao feudalismo europeu. Assim, a elite imperial, os grandes proprietários de terras, e a Igreja Ortodoxa Etíope mantinham o poder através da subjugação e exploração dos camponeses (SCHWAB, 1985).

Dividida entre os planaltos ao norte e planícies ao sul, a Etiópia foi fortemente influenciada por sua geografia acidentada. Como assinala Schwab (1985), por um lado, o território montanhoso proporcionou grande proteção contra forças exteriores, e com isso os etíopes desenvolveram seu sistema político e social em relativo isolamento. Por outro lado, foi fonte de sofrimento, já que boa parte do país permaneceu inacessível dificultando qualquer tipo de controle central. Assim configurou-se uma situação onde centros locais e provinciais de autoridade ascenderam e controlaram os camponeses.

Ao longo de sua história, até 1974, os etíopes possuíam pouca apreciação pela nação, sendo orientados de acordo com seu grupo étnico ou a Igreja Ortodoxa. A religião foi fundamental na formação da Etiópia, que apesar de estar cercada pelo islamismo, testemunhou o florescimento do cristianismo desde o século IV. Além da Igreja Ortodoxa Etíope, no norte a igreja islâmica foi um dos centros de poder do Estado. Contribuiu para o fortalecimento desses grupos religiosos, a geografia e a pobreza do país (SCHWAB, 1985).

Em termos culturais, há divergências quanto ao número de etnias na Etiópia. De acordo com Schneider (2010), a questão étnica é um assunto suscetível a exageros por parte dos observadores externos. Por vezes, acentuam-se as divisões entre os grupos, construindo uma imagem de fragmentação da sociedade, que não se aplica a todas as situações. No caso etíope, normalmente são consideradas etnias (definidas principalmente pela língua) os seguintes grupos: Oromos (34.5%), Amara (26.9%), Somalis (6.2%), Tigrinos (6.1%), Sidama (4%), Guragie (2.5%), Welaita (2.3%), Hadiya (1.7%), Affar (1.7%), Gamo (1.5%), Gedeo (1.3%) e outros (11.3%) (CIA, 2013).

Historicamente, a Etiópia foi dominada pelos Shoa²-Amara, que, em conjunto com outros Amara e os Tigrai³ (ambos cristãos ortodoxos) constituem aproximadamente um terço da população e habitam as províncias do norte. O maior grupo étnico da Etiópia, os Oromos, estão ligados por uma língua comum e vivem no Sul. Aqueles que vivem próximos da população muçulmana no leste adotaram o islamismo como religião oficial, enquanto aqueles vivendo a oeste seguiram o cristianismo. Apesar de os Amara e Tigrai serem minoritários, eles formaram a força política predominante na região. A cultura Amara foi quase sempre o modelo imposto sobre todos os outros grupos étnicos e religiosos. Esse povo, junto com os Tigrai, permaneceu até 1974 no controle político, econômico e religioso do país (SCHWAB, 1985).

Após essas breves considerações, este capítulo se dedica a descrever como foi formado o Império Etíope, composto por diversas etnias e dominado pelos Amara. O fortalecimento do reino possibilitou a resistência às investidas coloniais, tendo sido vitorioso, inclusive, em uma guerra contra os italianos. Em seguida, faz-se o estudo sobre a sociedade existente no país quando Hailé Selassié ascendeu ao poder. Por fim, o capítulo centraliza no governo desse último imperador da Etiópia, período em que se criaram as bases para a Revolução Etíope.

2.1 FORMAÇÃO DO IMPÉRIO ETÍOPE

Ao longo de sua história, a nação etíope passou por períodos de desintegração. Entretanto, durante esses momentos, a ideia de unidade nunca desapareceu e sempre ressurgia de acordo com a sucessão dos diferentes reinos. Dessa forma, o primeiro reino conhecido da região é o Da'amat, estabelecido por povos de origem semítica. Através de uma melhoria no cultivo de alimento, puderam se fixar no norte do planalto etíope no segundo milênio a.C.. Desenvolveram-se através do comércio, e organizaram-se nos moldes de um Estado árabe, perdurando até o século III a.C..

Após a queda dos Da'amat, o território etíope passou por um longo período de guerras, nas quais os Axum – uma mescla entre os povos semitas e cuchitas - se sobrepuseram aos demais. Emergiram no século I d.C. como um completo e bem integrado Estado. Através da dominação de rotas comerciais e fontes de suprimentos

² A região de Shoa se encontra no centro do território Etíope, onde hoje é a capital Addis Abeba.

³ Habitantes da região de Tigre.

expandiram-se até a outra margem do Mar Vermelho (MARCUS, 1994). Esse povo deu origem aos tigrinos e introduziu o cristianismo na região. Durante o IV século d.C., o então Rei de Axum proclamou fidelidade a “*Coptic Christian Church of Egypt*”, aderindo à doutrina do monoteísmo. A nova religião ficou institucionalizada pela Igreja Ortodoxa Etíope, conquistando enorme poder econômico e político, com o qual todos os futuros imperadores teriam de coexistir (SCHWAB, 1985).

O império Axum prosperou e progrediu até o século VII, quando entrou em conflito com o Islã, sendo paulatinamente enfraquecido conforme a influência dos muçulmanos crescia. O tráfego dos etíopes no Mar Vermelho e no Oceano Índico foi impedido, o que mudou a natureza do Estado axumita: isolou-se do Mediterrâneo oriental, influente em sua cultura e economia. Com o decréscimo do comércio, o Estado sofreu redução de renda, o que dificultou a sustentação de um grande exército e as demandas complexas de sua administração. A Etiópia, a partir de então, isolou-se (MARCUS, 1994).

O enfraquecimento dos Axum permitiu a ascensão no trono da dinastia Agau, que surgiu durante o período de 1137, e permaneceu no poder por um século. O líder agau foi derrubado em 1270, assassinado por Yekuno Amlak, o qual em seguida proclamou-se imperador. A partir de então há o nascimento do mito formador do povo Etíope, criado para dar legitimidade a esse novo líder. Essa lenda permaneceu como fonte de orgulho na história do país (MARCUS, 1994).

De acordo com o mito, Yekuno Amlak era descendente do imperador Menelik I, concebido pela Rainha de Sabá e pelo rei de Jerusalém, Salomão. Deste modo, elementos cristãos foram fortemente incutidos na estrutura política e social estabelecida por essa dinastia. O cristianismo e o nascimento mítico de Menelik I foram considerados as raízes da Dinastia Salomônica, ambos utilizadas para legitimar o direito divino ao trono. Mais do que isso, a lenda também foi empregada para aglutinar os diversos povos do país, proporcionando as bases necessárias para o renascimento da Igreja e do Estado. Sob a bandeira da nova dinastia, o território etíope expandiu-se ao sul, confirmando o amárico e o Cristianismo como partes integrais da tradição imperial. A igreja e a monarquia estavam, portanto, intrinsecamente ligadas. Já no século XX, as constituições de 1931 e 1955 traduziram o mito para legalidade. (SCHWAB, 1985, MARCUS, 1994).

Ao longo dos séculos subsequentes, a Dinastia Salomônica espalhou seu poder e sua influência nas seções sul e sudeste do planalto, porém frequentemente foi derrotada

na luta contra incursões em seu território, primeiro pelos muçulmanos e depois pelos Oromo. A partir do reinado de Sahle Selassie (1813-1847), o povo Shoa tomou o sul, oeste e sudeste do território, até que o rei se autoproclamou líder dos Oromo e dos Shoa. A Etiópia aumentou seu território durante os cinquenta anos seguintes, enquanto dominada pelos imperadores Theodore II, Yohannes IV e Menelik de Shoa. A partir do reinado de Menelik II, o império dobrou de tamanho, chegando às fronteiras que duraram, aproximadamente até hoje (SCHWAB, 1985). Assim:

A Etiópia é o único estado ao sul do Saara que utilizou técnicas de imperialismo e expansão através de conquistas militares para determinar suas fronteiras geográficas. É dessa forma distinto dentro da África onde todos os estados ao sul do Saara tiveram seus limites estabelecidos pelo colonialismo europeu. Para as forças da Etiópia que presentemente questionam a santidade do Estado essa questão é fundamental (SCHWAB, 1985, p. 05, tradução nossa⁴).

Durante o reino de Menelik II o império etíope entrou em conflito com a Itália. O exército da Etiópia era superior numericamente ao exército italiano, enquanto esse contava com 20 mil soldados, aquele possuía entre 100 mil e 150 mil homens. Ademais da vantagem numérica, tinham uma boa logística e acesso a suprimentos, o que possibilitou uma rápida derrota dos italianos. Uma das batalhas, a de Adwa, foi de suma importância, não só para a Etiópia, mas também para a África como um todo, por ter sido uma das mais incríveis e esmagadoras vitórias de um país africano sobre uma potência europeia⁵ (SCHNEIDER, 2010).

Aproveitando-se por estar fortalecido após a vitória sobre os italianos, Menelik II partiu para a expansão territorial em direção ao sul e firmou o Tratado de Adwa, objetivando definir os limites do Estado etíope. O seu governo, no entanto, não se dedicou apenas às questões de expansão territorial, porém também trouxe progressos à construção estatal. No ano de 1893 foi fundada a atual capital do país, Addis Abeba, centralizada no território etíope, e para onde a nobreza passou a migrar. Como aponta Schneider (2010), apesar de terem existido melhorias em direção à construção de um estado moderno, perduraram muitos problemas. Entre eles, estavam o conservadorismo da aristocracia, que obstaculizava algumas mudanças e a economia permanentemente

⁴ Do original em Inglês.

⁵ De acordo com Bou (2001, p.58): “A Batalha teve um valor simbólico importantíssimo para todos os africanos, os da África e os da diáspora americana”. O autor afirma que no continente americano a batalha inclusive repercutiu mais fortemente. Em São Paulo, um grupo de negros fundou um jornal para defender seus interesses, denominado Menelik, homenageando o imperador etíope.

baseada nos grandes latifúndios feudais, que impedia a conversão de Addis Abeba em um centro comercial. Menelik II morreu em 1909, deixando um grande legado para a Etiópia e muitos projetos inacabados. Ficou a cargo do próximo imperador, Hailé Selassié, contraditoriamente, a oficialização do sistema feudal e a modernização do país.

2.2 A ESTRUTURA DA SOCIEDADE ETÍOPE

Durante a história etíope foi consolidada uma classe dominante proprietária de terras - majoritariamente pertencente aos Shoa-Amara – que compreendia os próprios latifundiários, a família imperial, os membros da Igreja Ortodoxa e militares. Esses elementos estabeleceram uma relação com os camponeses semelhante ao vínculo dos senhores de terras e seus servos durante o feudalismo. Sendo assim, pode-se dizer que na Etiópia houve o desenvolvimento de uma organização social análoga ao feudalismo⁶, que embora guardasse semelhanças com esse sistema, também divergia em pontos importantes (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981). De acordo com Schwab (1985), foram justamente essas características feudais que compuseram a pedra angular do sistema político e social etíope. Com isso foi possível a acomodação das classes e do poder no país, permitindo não só que os Shoa-Amara controlassem a nação por um longo período, mas também a manutenção dos imperadores no poder, principalmente Hailé Selassié.

Desse modo, no período anterior a Revolução de 1974, a Etiópia era constituída por uma sociedade predominantemente agrária, em que a riqueza e o poder repousavam na posse de terras, na aliança com a Igreja Ortodoxa Etíope, e, posteriormente, nas fontes de capital internacional. Por um lado os camponeses compunham aproximadamente 90% da população, e trabalhavam em 98% das terras cultiváveis, sendo responsáveis pela maior parte das exportações do país (TAREKE, 2009). Por outro lado, os donos dessas terras eram os latifundiários, oficiais do governo e a Igreja Ortodoxa, que controlavam a vida dos agricultores. A classe proprietária impunha seu poder frente à camada oprimida de trabalhadores agrícolas, de modo que esses últimos não possuíssem direitos legais, políticos e econômicos (SCHWAB, 1985).

⁶ De acordo com Halliday e Molineux (1981), se o feudalismo for considerado como modo de produção, em que a extração do excedente é feita por um grupo de trabalhadores, os quais entregam esse excedente a um grupo não trabalhador, dono das terras, então na Etiópia se encontrava sim, o modo de produção feudal.

A Igreja Ortodoxa Etíope era uma das instituições mais reacionárias, e uma das mais poderosas no país se colocando como a principal arma de conformidade populacional (TAREKE, 2009). Sua influência era tamanha, inclusive frente aos imperadores, que desde sempre recebeu terras e privilégios taxativos dos governantes. No período anterior a 1974, a Igreja possuía 18% das terras do país. Legal e tradicionalmente isenta do pagamento de impostos sobre a posse de terras, em 1942 recebeu o direito de coletar impostos de seus arrendatários, oficializando algo que, de qualquer forma, sempre havia sido feito tradicionalmente. Através desses artifícios, a Igreja evoluiu para um poder econômico, político, e social de dimensões extraordinárias (SCHWAB, 1985).

A partir do regime de Hailé Selassié, a Igreja, a Família Imperial (possuidores de aproximadamente 42% das terras), e a classe proprietária compuseram uma organização política que até certo ponto competia entre si, consumindo qualquer tipo de lucro que pudesse ser extraído da terra. Também os indivíduos que ocupavam posições no parlamento - politicamente impotente - eram proprietários de terras sem obrigações tributárias, porém aptos a taxar seus inquilinos. Dessa maneira, apenas os camponeses eram tributados em um sistema político constituído por uma classe opressora, sem intenções de sofrer sacrifícios financeiros. Os camponeses, ao serem os responsáveis por sustentar as demais camadas da sociedade, encontravam-se encaixados na figura do servo.

Peter Schwab (1985) assinala que essa estrutura feudal não foi ameaçada por nenhum líder - ou liderança - até 1974, pois os imperadores usualmente utilizavam-na como apoio para acumulação de poder e renda. Ainda que algum soberano desejasse modificar essa composição, acabaria encontrando obstáculo nas forças conservadoras, e conseqüentemente não sobreviveria no poder. Durante o período em que Selassié foi imperador, mesmo como uma autocracia modernizante, não encontrou respostas para os problemas e necessidades da Etiópia rural. A agricultura de subsistência permanecia quase inalterada e a condição econômica dos camponeses piorava. O resultado foi uma crise agrária, decorrente da acumulação de limitações físicas, atraso técnico, desigual sistema de posse de terras e capital insuficiente no setor agrícola, que fornecia mais de 85% do emprego e mais de 90% das exportações (TAREKE, 2009).

Aos poucos começou a ocorrer uma transformação lenta da economia agrária, permitindo a ascensão de uma nova classe social com anseios e objetivos inéditos. Um grupo transicional de profissionais como advogados, médicos, professores de escolas e

universidades, oficiais militares, jornalistas, comerciantes, administradores e representantes de bancos e fábricas surgia. Por outro lado, o nascimento da burguesia era obstruído pelos aristocratas e pelo monopólio do estado, ainda que tenham existido esforços, na década de 1950, para a industrialização direcionada pelo estado. Ademais, outro fator impeditivo para a consolidação da burguesia era o controle dos estrangeiros, que possuíam 80% das indústrias no país. Aquela classe trabalhadora emergente era também muito pequena e dividida, a força de trabalho era de apenas 1% da população ativa e estava fisicamente dispersa (TAREKE, 2009).

Ao aproximar-se do final do período imperial etíope, os estudantes e militares emergiram como grupos sociais importantes devido ao seu papel na destruição da ordem construída por Hailé Selassié. Os primeiros, assim como os demais jovens ao redor do mundo na década de 1960, constituíam uma ordem politizada e contestadora. Apesar de suas rebeliões estarem confinadas principalmente em Addis Abeba e outras cidades, desafiaram de maneira persistente a autoridade estatal se colocando como um dos catalizadores da revolução. Uma dos questionamentos importantes levantados pelos estudantes era a fundação mítica do estado. Em contraste com as visões oficiais, viam a Etiópia como um império poliglota, fundado não no primeiro milênio, mas através da conquista, como um agregado de grupos desiguais e dispersos, de identidades fragmentadas. Essa perspectiva dos estudantes viria a encorajar os movimentos subnacionais e etnonacionalistas. Os militares, por sua vez, ganharam importância política ao serem responsáveis pela proteção tanto da integridade territorial etíope, quanto do império. Ao aguçarem seu senso político, tornaram-se uma frente que primeiramente pressionou Selassié por reformas, e em seguida, ao buscar mudanças mais radicais, derrubou o imperador (TAREKE, 2009).

2.3 O GOVERNO DE HAILÉ SELASSIÉ

Quando Ras Tafari Makonnen⁷ conquistou seu lugar como imperador, assumindo o trono como Haile Selassie I, rei dos reis da Etiópia, em 1930, ele tinha três

⁷ A ascensão do “rei dos reis” na Etiópia também teve impacto no continente americano, na Jamaica, como segue Bou (2001, 61, tradução nossa). “Quando a novidade chegou ao interior (da Jamaica), Ras Tafari foi identificado como rei da África e dos africanos, o rei dos negros. Ele seria o encarregado de diminuir a pobreza e a opressão. Seu culto, associado com elementos que os jamaicanos consideravam pertencentes a tradição africana, se converteu no centro de um novo movimento político-religioso-cultural que ultrapassou rapidamente os limites da ilha. [...] O movimento Ras Tafari se converteu na

objetivos básicos. O primeiro deles era construir uma nação adiantada a partir das várias etnias existentes. O segundo, de proteger a independência e sua autoridade com organizações de coerção modernas. Finalmente, o terceiro, governar sem forças interventoras, ou seja, tornar-se um monarca absolutista. Era uma tarefa gigantesca, porém, através de inteligência, habilidade, determinação e assistência de alguns intelectuais - inclusive da Grã-Bretanha - Selassié estabeleceu uma dinastia centralizada, cuidadosamente dirigindo a política feudal na direção do mundo moderno.

Ao passo que as reformas modernizantes eram executadas, as contradições e descontentamentos da sociedade etíope tornavam-se evidentes. Durante a gestão do “rei dos reis”, o povo etíope passou a modificar-se, de modo que outras esferas da sociedade, como militares e estudantes ganharam força política. A partir disso, foi iniciado o processo que culminaria na tentativa malograda de golpe, em 1960. Como consequência desse evento, foi catalisada a formação de frentes de oposição às estruturas sociais vigentes e ao imperador. Na década de 1970, todas essas forças tiveram êxito em retirar o imperador e, com isso, construir um novo sistema político no país.

2.3.1 Constituição do Governo de Hailé Selassié (1928-1960)

A ascensão de Tafari Makonnen ao trono etíope não ocorreu sem dificuldades. Menelik II, prevendo que após sua morte o processo de sucessão seria problemático, criou um gabinete ministerial, visando amenizar as dificuldades do período transitório. Todavia, esse corpo ministerial, composto por aristocratas conservadores, colocou-se justamente como o entrave para a tomada de poder de um novo líder. Dessa maneira, o neto de Menelik II assumiu o trono, porém não conseguiu manter-se, o que levou ao seu primo, Tafari, ser declarado como regente. O então futuro imperador afastou a antiga aristocracia para alcançar o trono, através da conquista de aliados. Após superar duas tentativas de golpe, no ano de 1928 foi coroado rei, pela imperatriz Zawditu, filha de Menelik II. Dando início ao difícil processo de centralização do reino, após vencer a

base cultural para a resistência negra. Seus elementos indenitários se generalizaram na diáspora afro americana e terminaram incidindo de volta na África.” (Do original em espanhol).

batalha de Anchim, Tafari foi proclamado imperador em 1930, sob o nome de Hailé Selassié I, “rei dos reis” da Etiópia (SCHNEIDER, 2010).

O novo imperador outorgou a primeira Constituição etíope em 1931, tanto com a finalidade de consolidar seu poder, quanto com a finalidade de reformar e modernizar a Etiópia. Reafirmando as origens do imperador como herdeiro da Dinastia Salomônica, a Carta institucionalizava um governo sob total responsabilidade de Selassié. Os membros do senado e da câmara de deputados seriam por ele apontados, o que permitia a escolha de uma nova e jovem elite, simpática a ele. O parlamento era um órgão impotente, e meramente um veículo para a continuação da autoridade imperial. Esse arranjo, na perspectiva de Selassié, ao mesmo tempo em que criava uma ilusão de modernidade de um sistema parlamentarista, o qual impediria críticas futuras, também derrubava as antigas bases de poder, concentrando o domínio absoluto em suas mãos (SELASSIE, 1992, ETIÓPIA, 1931).

Apesar da consolidação do poder político, a Etiópia passaria por sérios problemas ao longo da década de 1930. Com a crise de 1929 e a queda dos preços das commodities, o país sofreu em termos econômicos, evidenciando ainda mais a necessidade de reforma fiscal, obstruída pelos interesses da aristocracia do país. Além disso, as melhorias no sistema educacional eram muito lentas, e a economia continuava sofrendo seu atraso estrutural. Entretanto, a maior dificuldade ainda estava por vir. Em outubro de 1935 a situação etíope agravou-se com a invasão da Itália, contra a qual, diferentemente do conflito no século XIX, a Etiópia não estava capacitada a combater. Conseqüentemente, em maio de 1936, o imperador fugiu do país dando início à breve ocupação italiana. O fim da invasão ocorreria somente no início dos anos 1940, quando foi declarada guerra pela Itália à França e à Inglaterra, proporcionando apoio desses países aos etíopes. Em maio de 1941 o imperador retornou à Addis Abeba, e teve sua posição assegurada em 1942 (SCHNEIDER, 2010).

A presença dos fascistas, e o rápido progresso sob sua ocupação, fez com que alguns etíopes pensassem que Hailé Selassié não estava fazendo tudo ao seu alcance para o desenvolvimento do país. A sua própria fuga da Etiópia, para apelar frente à Liga das Nações foi considerada pelos etíopes como uma traição às suas obrigações como rei-guerreiro. Até mesmo quando Selassié retornou, triunfante, alguns amaras questionaram sua volta ao poder (LEVINE, 1961). Dessa maneira, após seu regresso, o imperador foi compelido a continuar a tendência de modernização, com uma série de reformas sociais, políticas e econômicas. Contribuindo para essa orientação estavam os

temas de independência e autogovernança, predominantes em muitos outros países africanos durante os anos seguintes a Segunda Guerra Mundial.

Em 1955, o rei dos reis introduziu uma Constituição revisada, que trazia mudanças como a separação de poderes, a possibilidade de eleição de um corpo legislativo (que efetivamente poderia estabelecer leis), e artigos sobre direitos humanos. Ainda assim, como na primeira Constituição, o imperador tinha o poder de suspender qualquer uma dessas proposições, em casos de ameaça a segurança nacional (SELASSIE, 1992). Como assinala Tareke (2009), embora a constituição de 1955 tenha proporcionado eleições, o parlamento era a caricatura de uma instituição realmente representativa: em sua maioria, ele carimbava as decisões tomadas pelo imperador e seu gabinete. A corte imperial era totalmente fora do alcance do parlamento, cujo poder em termos de defesa e política externa era extremamente limitado.

Não há questionamento sobre as intenções de Hailé Selassié de entrar para a história como o líder que modernizou a Etiópia. Entretanto, ao mesmo tempo em que promovia a retórica da modernidade, o imperador mantinha-se conectado com as tradições monárquicas etíopes, persistindo na retenção de poderes como um déspota. Lamentavelmente, ele falhou em comprometer-se com um programa coerente de desenvolvimento nacional. Os esforços em direção à modernização do país eram mais direcionados na construção do desenvolvimento “aparente” do que o desenvolvimento de fato. Para o bem de Addis Abeba, as províncias haviam sido pesadamente taxadas e deixadas relativamente sem desenvolvimento. Como aponta Levine (1961, p.12, tradução nossa):

Talvez, em nenhum outro país 'subdesenvolvido' tanta energia e pensamento tenha sido gasto na 'aparência do progresso'. O embelezamento da capital foi o epítome dessa preocupação. Milhões foram gastos com ruas largas para chegar aos palácios, enquanto um grande número de doentes e desempregados pediam esmolas nas ruas⁸.

2.3.2 Anexações Territoriais e Criação da Organização da Unidade Africana

Como um estado imperial, o objetivo central da política etíope foi de manter a integridade de suas fronteiras, sendo o controle da periferia local considerado como o “destino manifesto” da nação (CHAZAN, 1992). Sob o imperador Hailé Selassié, a Etiópia se expandiu, absorvendo o território da Eritreia e retomando o controle da região

⁸ Do original em inglês.

de Ogaden. Mais do que exercer influência no Chifre Africano, o imperador também buscou colocar-se como uma liderança na África. Aproveitou-se de que o continente passava pelo período de descolonização, e invocou o fato de que era líder do único território que permaneceu livre da subjugação colonial.

Apesar de Menelik II ter conquistado Ogaden na última década do século XIX, o território foi ocupado posteriormente, primeiro pela Itália em 1930, e em seguida pela Grã Bretanha, durante a Segunda Guerra Mundial. Essa região está localizada em uma porção oriental do território etíope - fronteira à Somália. Em 1948 quando os ingleses se retiraram da do território, foi permitido que a Etiópia retomasse sua autoridade sobre a população somali que ali vivia (CHAZAN, 1992).

Em 1962 a Eritreia, ex-colônia italiana, foi absorvida pela Etiópia através de manobras políticas suspeitas, porém habilidosas de Hailé Selassié. Dando continuidade a política imperial estabelecida anteriormente por outros líderes, o imperador considerou a Eritreia como vital para o interesse da Etiópia. Com a anexação desse país, seria garantido o tão desejado acesso ao mar, através dos dois portos principais eritreus, Massawa e Assab, com saída para o Mar Vermelho (SCHWAB, 1985). Procedendo por estágios, a Etiópia começou a anexar a Eritreia, primeiro sob um arranjo de federação - de 1952 a 1962 - e depois por anexação. Muitos eritreus, no entanto, rejeitaram a incorporação à Etiópia e iniciaram a luta pela independência, em 1961, sob a bandeira do partido Frente de Libertação da Eritreia (ELF, em inglês). Trinta anos depois os rebeldes eritreus teriam um papel de liderança no fim do governo central da Etiópia.

Tendo em vista a crescente oposição interna ao seu governo, Selassié arquitetou uma resposta diplomática a esse problema, que foi apontada por Chazan (1992) como taticamente brilhante. O imperador percebeu que a sua maior ferramenta era a simbólica, já que ele era o herdeiro da única dinastia africana bem sucedida na resistência ao colonialismo. Seguiu-se então o famoso discurso do imperador na Liga das Nações, em 1936, defendendo a independência da Etiópia. Desde então seu reino tornou-se símbolo da resistência ao colonialismo.

Sendo assim, o imperador sabiamente explorou essa imagem no momento em que o restante da África tornava-se independente. Quando a Comissão Econômica para África das Nações Unidas foi formada, em 1958, a Etiópia quis abrir as portas a sua sede. Em 1960, no ano africano, Selassié foi o anfitrião para a II Conferência dos Países Africanos Independentes, construindo o alicerce para seu grande golpe diplomático, a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba, 1963. O

Imperador estava bem posicionado para promover o ideal da unidade africana, já que ele tinha a vantagem da neutralidade entre as ex-colônias britânicas e francesas, e entre a África negra e árabe, ademais de ele não estar grandemente envolvido na separação entre moderados e radicais. Ao alcançar o objetivo de mover a OUA para Addis Abeba, o líder etíope se posicionou privilegiadamente para presidir sobre os assuntos continentais. Dessa maneira, a Etiópia então recorreu a OUA para sustentar seu status quo durante conflito em Ogaden, região fronteiriça, em 1964 e 1965. Através da influência na OUA, os etíopes obtiveram um tipo de moral diplomática que auxiliou no combate às demandas somalis e eritreias contra o Império. (CHAZAN, 1992)

Em relação às alianças externas, Addis Abeba encontrou apoio nos norte-americanos. Os Estados Unidos, preocupados com a expansão do comunismo nos jovens países africanos, e buscando manter a estabilidade regional, apoiaram o regime de Hailé Selassié. O país ocidental também se interessava nas bases de comunicação em Asmara, e nas instalações em Massawa, porto eritreu. Através dessas estações, durante o conflito bipolar, os norte-americanos iriam obter informações de inteligência na África e no Oriente Médio. Como compensação pelo acesso a esses locais, os EUA forneceram à Etiópia cerca de 280 milhões de dólares em ajuda militar, entre os anos de 1953 e 1977, além de treinamento, contribuindo para o estabelecimento de uma força de 47 mil homens (SCHNEIDER, 2010).

2.3.3 Queda de Hailé Selassié e da nobreza etíope (1960 – 1974)

A determinação de datas para início ou fim de longos processos históricos pode ser frequentemente passível de distorções. Não obstante, caso tivesse de ser escolhido o evento que tanto precedeu quanto motivou a geração que catalisou a Revolução Etíope, certamente seria o golpe fracassado de 1960. O episódio colocou em movimento uma década de protestos políticos contra o absolutismo monárquico, que não foram reduzidos até 1974 (TAREKE, 2009). O descontentamento da população frente à inabilidade de Hailé Selassié em efetuar as reformas modernizantes, em concomitância ao surgimento de novas classes sociais e aumento de consciência política engendraram a queda do governo.

A tentativa de golpe ocorreu em 13 de dezembro de 1960, quando alguns membros da Guarda Imperial - setor relativamente privilegiado das forças armadas, em grande parte encarregado da proteção da família real - tentou, porém falhou, em depor o

imperador. Aproveitando-se de que Hailé Selassié encontrava-se fora do país, em visita ao Brasil, foi colocado em movimento um complô pobremente concebido e mal gerenciado. Apesar de inspirados pelos nacionalistas egípcios, os conspiradores etíopes não tinham as mesmas ambições que aqueles, de abolir a monarquia e afastar o colonialismo. Ou seja, apenas pensavam em diminuir as injustiças sociais mais evidentes e a incompetência política vigente (TAREKE, 2009).

Mesmo que tenha falhado em alterar o status quo, a tentativa de golpe implicou na mudança de imagem da monarquia e de sua autoridade. Para a maioria da população, tanto o imperador não era mais sagrado, como sua autoridade não era mais inviolável, conforme a Constituição declarava. Não só isso, também demonstrou a possibilidade da coordenação de uma frente de oposição composta por militares, estudantes, intelectuais e camponeses contra o sistema feudal.

A década entre o levante militar e a crise revolucionária de 1974 testemunhou um crescente rompimento entre o estado absolutista e a sociedade. A expansão do sistema educacional, o lento (porém constante) crescimento do setor capitalista da economia, as crescentes desigualdades entre grupos sociais e entre cidades e vilas, as atividades de extorsão do Estado no interior do país, e a crise agrária contribuíram para minar a ordem feudal sobre a qual o absolutismo se sustentava. O regime monárquico pôde se sustentar porque a sociedade era rompida, tanto verticalmente quanto horizontalmente. Não havia classe social ou facção que se reconhecesse ou organizada para desafiar o Estado. Não obstante, o Império se tornou muito fraco para conter ou gerenciar as tensões que suas próprias políticas desenvolvimentistas geraram, e esses conflitos uniram todas as linhas de resistência para alimentar a revolução (TAREKE, 2009).

Segundo Schwab (1985) as Forças Armadas perceberam seu poder já em 1960, quando foram a única entidade capaz de impedir a queda do imperador, passando assim a fazer demandas. Os militares, a partir de então, deixaram de ser apolíticos, e tampouco dispostos a seguir às ordens do imperador sem receber nada em troca. Maior consciência política também foi desenvolvida entre os militares em relação ao conflito da Eritreia e a rebelião de 1967-8 em Gojjan. Com a maioria das tropas empregadas nesses conflitos, perceberam que não só defendiam uma estrutura política, como por inteiro, o tecido feudal da Etiópia. Logo, os militares transformaram-se em uma força política que coagia o imperador a mover-se mais rapidamente em relação às reformas do que ele estava disposto. Concomitante a isso, percebia-se que as técnicas de controle,

desenvolvidas ao longo dos anos para manter a aliança dos diversos setores políticos da Etiópia, não mais operavam com precisão. A autoridade de Selassié sobre o exército declinava, conforme se notava que a legitimidade do imperador era inexistente.

Os estudantes também se politizaram nesse período. Um crescente número deles estava envolvido na atividade política desde 1960, sendo que a partir de 1967 os alunos da Universidade Hailé Selassié passaram a se articular. Desde então, também viraram fonte de pressão para a reforma agrária e política. Além disso, através do Serviço da Universidade Etíope, no qual o terceiro ano de universidade era passado no interior - ensinando ou auxiliando o desenvolvimento agrícola - os estudantes tinham a possibilidade de expor seu descontentamento aos camponeses. Apesar de serem reformistas, em sua maioria, os universitários representavam uma conexão entre três grupos: os jovens oficiais militares, que faziam oposição ao sistema feudal, possuíam armas e não eram ligados diretamente a aristocracia; o proletariado urbano, que tornou-se cada vez mais manifestante em relação ao seu descontentamento; e os camponeses (SCHWAB, 1985).

Toda essa comoção foi interrompida em 1973, quando a Etiópia passou por uma alastrante seca, para qual a atenção da população voltou-se completamente. O imperador, com medo de que a imagem do país fosse manchada, por não terem condições de atender a sua população, recusou auxílio internacional. Selassié tampouco agiu de modo a combater a seca e suas consequências. Logo, o número de mortes chegou a 300 mil pessoas em 11 regiões. Apenas 11 meses após o início da seca, em novembro de 1973, que Selassié agiu. Schwab (1985, p.15, tradução nossa) ressalta:

[...] apenas então, vazou para um mundo estarecido que organizações como a World Health Organization (WHO) e UNICEF, participaram junto com Selassie para o encobrimento da tragédia. Permitir que centenas de milhares de pessoas morressem apenas para manter a reputação era um ato cínico e um erro político grosseiro, que levou toda a população, esquerda, centro e direita, a questionar a liderança do imperador.⁹

Em fevereiro de 1974 iniciou-se o “golpe rastejante”, alimentado pela fúria entre militares, camponeses, estudantes e classe média urbana. Durante os meses subsequentes greves propagaram-se por todo o país, algo nunca antes visto na Etiópia. Iniciou-se um período de negociações malogradas entre o DERG (Comitê Coordenado das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial, formado para oposição direta ao

⁹ Do original em inglês.

imperador, também denominado como Comitê) e o governo. Mesmo com alterações dos primeiros ministros, e promessas de imediata implementação de reformas, o Comitê lutava por mais posições e passou a prender lideranças governamentais (VISENTINI, 2012).

Após a queda de Selassié e do seu sistema político, o DERG iniciou a organização de um sistema social baseado em valores socialistas. Todavia, como observa Schwab (1985), o caminho para uma Etiópia socialista não seria fácil, devido à continuidade de discussões entre o DERG e a esquerda civil. O período que se seguiu foi turbulento, até que, dentro de cinco anos se estabilizaria, liderado por Mengistu Haile Mariam. A Revolução Etíope, que havia sido colocada em movimento, foi classificada por Halliday e Molyneux, (1981) como a “mais profunda revolução africana na história da África contemporânea”.

3 ETIÓPIA NA GUERRA FRIA

O contexto da Guerra Fria, durante a implementação do regime socialista na Etiópia, era o de troca de alianças e do nascimento de uma nova correlação de forças. No início da década de 1970, os EUA foram exitosos na aproximação com os chineses o que deixou a URSS em desequilíbrio estratégico. Os soviéticos, buscando contrabalançar esse cenário, aproximaram-se dos movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, sobretudo através da colaboração com Cuba (VIZENTINI, 2004).

A nova conjuntura se caracterizava pela multilateralização e pela distribuição de crises na periferia, o que contribuiu para que grupos esquerdistas e nacionalistas se mobilizassem ao redor do mundo. Conseqüentemente, o aproveitamento desse cenário pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro Mundo irrompeu uma onda revolucionária na década de 1970, em boa parte apoiada pelo bloco socialista. Em quatro anos, de 1975 a 1979, uma dúzia de revoluções anti-imperialistas e socialistas abalaram o cenário internacional, já marcado pelo desgaste do império americano e da economia mundial (VIZENTINI, 2004).

Dessa maneira, a inflexão ocorrida no âmbito da Guerra Fria e a desestabilização da Etiópia, devido à revolução, contribuíram para o direcionamento da atenção das superpotências para o Chifre Africano. A proximidade dessa região com o Oriente Médio e sua significância para o plano de defesa dos EUA e da URSS a colocava no caminho da estratégia política e militar de ambos (SCHWAB, 1985).

Portanto, essa região inseriu-se na Guerra Fria devido à significância de sua localização geográfica. O Chifre Africano encontra-se próximo ao Oriente Médio e fornece acesso tanto ao Oceano Índico quanto ao Mar Vermelho. Logo, a zona faz fronteira com o mundo árabe e a África negra. Acerca-se aos Estados produtores de petróleo e controla o estreito de Bab-el-Mandeb – divisor entre os continentes da Ásia (Península Arábica) e África (norte da Somália) – o qual liga o Mar Vermelho e o Oceano Índico via Golfo de Áden.

Após essa breve contextualização, este capítulo compreende a análise do período de ascensão e queda do regime socialista na Etiópia, englobando sua relação com as superpotências e seus principais conflitos regionais. Dessa maneira, é descrita a consolidação do novo governo no poder, situação que ocorria em concomitância a transferência do conflito bipolar ao Terceiro Mundo. Centralizada em uma das zonas

estratégicas mais importantes daquele momento, a Etiópia alterou sua aliança entre os blocos. Essa medida foi tomada objetivando tanto a sobrevivência da revolução, quanto a integridade territorial etíope. Ao longo desses dezessete anos de socialismo, o país passou por duas guerras importantes. Ambas ameaçaram sua unidade e modificaram permanentemente o Chifre Africano: a partir desses conflitos, a Somália iniciou o processo de colapso de seu Estado, e a Eritreia tornou-se independente.

3.1 A REVOLUÇÃO ETÍOPE

A revolução de 1974 na Etiópia, se comparada com os outros levantes sociais ocorridos no Terceiro Mundo, encontra poucas características em comum. Ela ocorreu em um país ainda dominado por estruturas sociais e políticas pré-capitalistas, e com apenas uma breve experiência colonial. Dessa maneira, Halliday e Molineux (1981, p. 14, tradução nossa) seguem:

A Revolução Etíope evocou não os recentes levantes no Terceiro Mundo, mas as clássicas revoluções da Europa – França em 1889 e a revolução de fevereiro, em 1917, na Rússia – e tomou lugar em um país que expunha muitas das características dessas duas sociedades na véspera de suas revoluções.¹⁰

De acordo com Tareke (2009), a Revolução Etíope foi um evento não previsto, mas extremamente popular e inicialmente sem derramamentos de sangue. De fato, a deposição de Hailé Selassié ocorreu de maneira pacífica, através da ação dos militares – representados pelo DERG – apoiados pelos setores da sociedade civil. Apesar de já existirem indícios do colapso da monarquia, o processo foi imprevisível, pois se configurou por circunstâncias isoladas e não foi concebido através de um complot organizado por alguma organização.

Desde a origem dos movimentos para derrubar a monarquia, era flagrante a ausência de unidade e direção política entre os diversos grupos da sociedade civil. Seu elo era o objetivo de depor o negligente governo de Hailé Selassié. Logo, pela ausência de experiência organizacional e liderança dos civis, os soldados dissidentes – com maior autonomia e organização – tomaram conta e guiaram o processo revolucionário através de um comitê de organização chamado DERG, para o qual as Forças Armadas elegiam seus representantes (TAREKE, 2009).

¹⁰ Do original em inglês.

O fim definitivo da monarquia e do governo de Selassié sucedeu em 12 setembro de 1974. A deposição ocorreu sem a resistência do imperador, o qual permaneceu preso até sua morte, em 22 de agosto de 1975. Desde então o poder passou às mãos do Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC, em inglês), órgão proveniente do DERG e composto para governar provisoriamente (MARCUS, 1994). Ao observar que a sociedade civil etíope não possuía unidade política, estava fracionada e desorganizada, encontra-se a razão pela qual os soldados obtiveram liderança do movimento, desde a deposição do imperador, até a efetivação da revolução.

Com a tomada de poder pelo DERG através do PMAC encerrava-se a primeira fase da revolução e o seu período pacífico. Após alcançarem o comando, os militares inauguraram a segunda etapa, em 1975, caracterizada por um período extremamente violento, que causou instabilidade e mortes numa escala incalculável. Embora a fase tenha testemunhado reformas importantes, também presenciou a exacerbação de agressões domésticas e externas. Uma vez alcançado o poder, os oponentes do regime anterior implodiram em diversos grupos concorrentes. Por um lado, havia a rivalidade por liderança dentro do PMAC, por outro lado as disputas entre soldados e grupos políticos civis, que ambicionavam substituí-lo como os novos governantes do país (TAREKE, 2009).

Enquanto o DERG apostava em uma concepção de Estado alicerçada na teoria marxista-leninista, outros grupos emergiam, tanto voltados à direita quanto à esquerda. Duas organizações se destacaram na oposição aos militares e pressionavam para que cedessem a liderança aos civis. Elas eram o Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP, em inglês), um “partido proletário” composto por intelectuais urbanos e estudantes, e o Movimento Socialista de Todos os Etíopes (Meison). Tareke (2009, 41, tradução nossa) aponta que, equivocadamente, ambas as organizações “[...] subestimaram a ambição dos soldados do DERG por poder, sua rapidez em aprender o vocabulário marxista, e os métodos leninistas de organização e propaganda¹¹.” Sendo assim, a derrota da oposição foi inevitável. A intensa perseguição foi denominada “Terror Vermelho”, em razão da violência empregada pelos militares para sufocar os focos de contestação.

Além dos conflitos com as forças políticas civis, no âmbito do DERG os oficiais também se encontravam em uma séria divisão política. Existiam duas questões que

¹¹ Do original em inglês.

dividiam a organização: a primeira delas era sobre como deveriam responder aos grupos de oposição civis, e a segunda, como reagir ao conflito na Eritreia. Por um lado, alguns membros vislumbravam uma saída política para esses temas, sendo liderados pelo presidente do DERG, Teferi Benti. Por outro lado, os oficiais “linha-dura”, comandados pelo vice-presidente Mengistu Hailé Mariam, objetivavam uma saída militar para as disputas. Ambos competiram pela predominância dentro do PMAC, até Mengistu vencer o combate aos oponentes, emergindo como líder único da revolução em 1977 (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981).

Em dezembro de 1974, o DERG havia lançado as Diretrizes Políticas sobre o Socialismo Etíope, um manifesto que atraía os trabalhadores e camponeses. Esse programa propunha: um partido único no Estado; posse pública dos vários setores da economia; agricultura coletiva; unidade nacional; e, por fim, oportunidades iguais para os diferentes grupos étnicos, culturais e religiosos (MARCUS, 1994). O Socialismo Etíope previa um grande programa de reforma agrária – amplamente responsável pelo apoio dos camponeses ao governo – e limitação da esfera privada no país, através da nacionalização de setores importantes da economia.

Uma vez eliminada a oposição em 1977, o relacionamento entre os civis e militares melhorou significativamente. Isso permitiu ao DERG criar uma entidade política de vanguarda, que legitimasse a revolução socialista no país. Dois anos depois, em 1979, nasceu a Comissão para Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia (COPWE, em inglês). Essa comissão permitia a existência independente do DERG, e foi composta pela maioria de seus membros (SCHWAB, 1985).

A COPWE não configurava uma entidade de vanguarda em si. Seu papel era precedê-la, garantindo que a formação de classes amadurecesse até que, espontaneamente, fosse criado um partido comunista no país, o qual guiaria a revolução. A influência do DERG sobre a COPWE era bastante visível até 1984. Era clara a grande dominação que exercia Mengistu sobre as duas instituições neste período, sendo presidente de ambas. Apenas em setembro de 1984 que foi anunciado o estabelecimento do Partido Trabalhador Etíope (WPE, em inglês), que suplantaria a COPWE, concluindo uma importante fase da revolução. Mengistu foi nomeado Secretário Geral do partido, o qual permaneceu predominantemente dominado por militares do DERG, e continuou existindo como uma das principais estruturas de poder do Estado etíope (SCHWAB, 1985).

Em relação à esfera econômica, no período pós-revolucionário, a Etiópia enfrentou dificuldades em relação à produtividade agrícola. A reforma agrária se apresentou como uma iniciativa imprescindível para o melhoramento social e econômico no longo prazo. Entretanto, no curto prazo, resultou em uma diminuição dramática da produção rural. Como aponta Schwab (1985), em 1977, dois anos após a implementação do programa de reforma agrária, o volume total das exportações havia despencado 34,7%, enquanto as exportações de café – principal produto do país – caíram 13%. Além dos problemas domésticos, questões internacionais como a queda do preço das commodities e o choque do petróleo desequilibraram a balança comercial, já que a pauta de exportações era majoritariamente composta por produtos primários.

Objetivando inverter esse quadro, foi posto em prática um Programa de Investimentos de Dez Anos, em 1980. Esse programa pretendia fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento, aumentar a distribuição de serviços aos camponeses, e integrar completamente a economia à ordem política socialista. O programa incorporava todos os setores da economia, priorizando o agrário, visto que a queda de produção poderia causar outro período de fome maciça. Dessa maneira, empreendia-se em melhores técnicas produtivas, uso de fertilizantes, sementes melhoradas e aumento da produtividade laboral das fazendas. Ademais, instituía a expansão dos gastos governamentais com o setor, já que apesar de ele ser o principal na economia do país, representava apenas 2% dos dispêndios do governo (VISENTINI, 2012).

A revolução permitiu mudanças positivas nos setores de educação e saúde da sociedade etíope, os quais eram fortemente negligenciados durante o império. O país possuía uma das taxas de analfabetismo mais altas do continente africano, sendo o contraste entre a alfabetização de homens e mulheres, cidade e campo, extremamente grande. Apesar da popularidade das políticas nas áreas da saúde e educação, as políticas religiosas do DERG não foram tão bem recebidas pela população. Por seu histórico opressor, a Igreja era vista como ameaça à ideologia socialista, e conseqüentemente foi desvinculada do Estado no início da revolução. A partir de então, a Etiópia passou a ser um Estado laico, reconhecendo todas as religiões como iguais (SCHWAB, 1985).

3.2 TROCA DE ALIANÇAS

Desde seus primeiros dias, a Revolução Etíope enfrentou desafios em sua política externa, capazes de derrubar o novo regime. O período de consolidação de

poder do DERG não só desestabilizou o país na esfera doméstica, porém também contribuiu para o arrefecimento de questões externas já existentes. Movimentos separatistas regionais aproveitaram-se da vulnerabilidade interna para iniciar um confronto de maior intensidade. Enquanto esses levantes, localizados na Somália e Eritreia se desenvolviam, paulatinamente os olhos das superpotências voltavam-se para o Chifre Africano. Essa atenção colaborou para a inversão de alianças na região. Por um lado, a Somália, antiga aliada dos soviéticos passou a alinhar-se com os EUA. Por outro lado, a Etiópia, parceira dos americanos, uniu-se aos soviéticos. Seguem Halliday e Molineux (1981, p.211, tradução nossa):

Nenhum outro aspecto da Revolução Etíope é mais difícil de elucidar do que o envolvimento internacional após a queda do imperador [...]. O impacto de atores externos sobre o Chifre foi enorme e significou que o próprio Chifre transformou-se, através desse entrelaçamento com as políticas mundiais, uma questão de grande disputa internacional. A Etiópia foi um capítulo importante no agravamento das relações entre Leste e Oeste, que estava para alterar seu foco geográfico de Angola em 1976, para o Chifre e Zaire em 1978 [...]. Dessa maneira, foi parte do prelúdio para a Segunda Guerra Fria.¹²

Ocupando uma presença central no Chifre Africano a Etiópia teve de lidar com o interesse de ambas as superpotências em suas relações exteriores, enquanto garantia que seus próprios interesses nacionais fossem sustentados. Além disso, segundo Halliday & Molineux (1981, p.266, tradução nossa), “[...] como sede da OUA, e o terceiro país mais populoso na África, depois de Nigéria e Egito, a Etiópia estabeleceu uma posição diplomática e influência política que as potências externas tinham de considerar¹³.” Em consequência disso e de toda a instabilidade política e militar com a qual teve de lidar, a Etiópia se viu forçada a decidir sua posição nacional e internacional (bem como sua ideologia), mais rapidamente do que se as condições fossem estáveis (SCHWAB, 1985).

Durante o período imperial a Etiópia foi um dos aliados dos EUA e de Israel. A justificativa para a atenção desses países se encontrava na ameaça da presença soviética e cubana na região, e as implicações disso nos Estados produtores de petróleo. Por conseguinte, após a Revolução Etíope, o argumento dominante em Washington até o início de 1977 era de que os EUA deveriam continuar apoiando o DERG. Baseavam-se em três considerações básicas. A primeira delas era o receio de que a suspensão do auxílio desencadeasse a independência da Eritreia - majoritariamente muçulmana – a

¹² Do original em inglês.

¹³ Do original em inglês.

qual se tornaria alinhada ao mundo árabe, possibilitando a esses o controle sobre o estreito Bab-el-Mandeb. A segunda consideração estava associada ao impacto que a independência eritreia teria no continente africano, onde a manutenção de fronteiras era fundamental diplomática e politicamente. Por fim, a terceira determinava que o apoio norte americano aos etíopes devesse permanecer para contrabalancear o apoio soviético a Somália (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981).

A Somália, também localizada estrategicamente - com o Golfo de Aden ao norte, e o Oceano Índico ao leste - controlava o acesso ao Mar Vermelho e ao petróleo do Oriente Médio. Após sua independência, em 1960, o ocidente foi relutante em oferecer auxílio para que o jovem país construísse seu exército, uma vez que a militarização da região era vista como um risco. Dessa maneira, os somalis voltaram-se para os soviéticos, os quais concordaram em fornecer ajuda financeira e treinamento ao exército. Após o General Mohammed Siad Barre chegar ao poder através de um golpe de Estado no ano de 1969, a cooperação com os soviéticos intensificou, em seguida foi declarado que os somalis seguiriam o socialismo científico. Ademais do campo militar, os soviéticos também forneceram alimentos, médicos e transporte para o deslocamento da população em áreas afetadas pela fome (SCHMIDT, 2013).

Marcus (1994) aponta que através do fornecimento de armas pelos soviéticos, a Somália tornou-se, durante os anos 1970, o Estado mais militarizado - per capita - no Chifre Africano. Os somalis receberam auxílio para sustentar seus 20 mil soldados com um custo de 30 milhões de dólares. Nesse período, as Forças Armadas da Etiópia permaneciam entre 45 e 50 mil soldados, com um orçamento declinante de 66 milhões de dólares.

Os norte-americanos, determinados a manter o seu longo relacionamento com a Etiópia, para minar a Somália, apoiaram inicialmente o regime militar que derrubou Selassié, apesar da sua retórica socialista e flagrante abuso dos direitos humanos. Entre 1974 e 1977, o auxílio militar dos EUA à Etiópia aumentou, se dando através de empréstimos, subvenções e vendas. Washington forneceu ao novo governo armas, tanques e aviação de guerra no valor de 180 milhões de dólares. Não obstante, o DERG considerou o auxílio americano inseguro, especialmente após Jimmy Carter assumir a presidência em novembro de 1976, o qual condicionou a ajuda internacional a não violação dos direitos humanos. Frente à incerteza em relação ao auxílio norte americano, o DERG perseguiu outra opção para assistência militar, que culminou no

seu alinhamento à URSS. Dessa maneira, é importante enfatizar que foi a Etiópia, e não os soviéticos, que tomou a iniciativa para a troca de alianças (SCHMIDT, 2013).

A reação inicial da URSS frente à Revolução Etíope foi de cautela, uma vez que o caráter do novo regime não era claro e ainda havia conexões do país com Israel e EUA. Além disso, as reformas executadas pelo PMAC tinham uma natureza descuidada e reforçavam a sua instabilidade. Aos poucos, nos anos de 1975 e 1976, as relações melhoraram consideravelmente. Entretanto, após a visita de uma delegação etíope à Moscou em julho 1976, ocasião em que foi assinado um acordo de fornecimento de armas, os soviéticos permaneciam hesitantes. O envio dos armamentos foi atrasado¹⁴ devido às suspeitas soviéticas quanto à direção do DERG, dividido da maneira em que estava naquele período (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981).

O ponto de inflexão nas relações entre Etiópia e URSS ocorreu quando Mengistu ascendeu ao poder, em 1977, e foi a uma importante visita a Moscou em maio daquele ano. A partir de então, com o DERG apresentando concepções políticas mais desenvolvidas, as reservas do período anterior foram superadas. É importante salientar, como apontam Halliday e Molineux (1981), que essa troca de alianças ocorreu anteriormente à decisão da Somália de atacar a Etiópia em Ogaden. Dado que, erroneamente, a inversão de aliados é vista como consequência da invasão somali na Etiópia, quando na verdade esse fato apenas consolidou a aliança já estabelecida.

Ademais, a melhoria nos relacionamentos entre Etiópia e a URSS não foi como convencionalmente retratada, uma simples mudança de apoio do país menor, Somália, para o país mais forte, Etiópia (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981). Os soviéticos passaram a se decepcionar com a falta de comprometimento do regime somali em relação ao socialismo, traduzidas em sua falha na criação de um partido de vanguarda e na natureza de suas políticas econômicas. Dessa maneira, a ideia de que a Etiópia - e não a Somália - era a representante verdadeira do socialismo no Chifre Africano ganhou força.

Ainda assim, era desejável que o apoio aos etíopes ocorresse de modo que a Somália não fosse abandonada. Por conseguinte, tanto os soviéticos quanto os cubanos buscaram incentivar uma solução pacífica para a questão de Ogaden, como segue¹⁵:

¹⁴ Apenas em março de 1977 que as armas soviéticas, tanques, e aviões MiG começaram a chegar, seguidos de 200 técnicos cubanos que treinariam os militares etíopes para a utilização desses armamentos (SCHMIDT, 2013).

¹⁵ Do original em inglês.

Para a URSS, a ideia de incluir aos governos aliados de Áden e Mogadíscio também Addis Abeba, seria uma forma de pressionar e influenciar os países da península arábica, através do controle do Oceano Índico e Mar Vermelho. No entanto, Moscou e Havana teriam antes que solucionar, por um lado, as diferenças entre Somália e Etiópia, e por outro, as guerrilhas entre Etiópia e Eritreia. Já que os três eram marxistas, esperava-se que a tarefa fosse possível, além disso, quem havia encorajado o irredentismo somali e a independência dos eritreus foram os soviéticos e os cubanos (VOLSKY, 1981, p.70, tradução nossa)¹⁶.

Uma vez firmada a aliança entre Moscou e Addis Abeba, o auxílio foi majoritariamente direcionado à área militar, relegando-se a esfera econômica. Assim, os soviéticos apoiaram a facção de Mengistu ao longo da campanha do Terror Vermelho, de 1977 a 1978, com o Kremlin aprovando a erradicação dos elementos contrarrevolucionários. Em 1979, a Etiópia estava seguramente alinhada ao campo soviético e se beneficiava com o maior programa de auxílio externo desse país desde a massiva transferência de tecnologia e auxílio de Moscou à China nos anos 1950 (SCHMIDT, 2013).

Até 1984, Moscou forneceu à Addis Abeba mais de quatro bilhões de dólares em assistência militar, bem como 2.600 homens, entre soldados e conselheiros soviéticos e do bloco oriental, que treinaram e comandaram as tropas etíopes (SCHMIDT, 2013). Como aponta Visentini (2012), os outros países socialistas que concederam auxílio militar à Etiópia, foram Iêmen do Sul, a República Democrática da Alemanha (RDA), e principalmente Cuba, a qual enviou 16 mil soldados e conselheiros para o país.

Através da aliança com URSS e Cuba, a Etiópia foi bem sucedida em abafar as guerras de secessão em Ogaden (opondo-se a Somália), e, durante algum tempo, na Eritreia. O auxílio desses países também contribuiu para o combate às insurgências nas províncias de Tigre e Oromo. À vista disso, o pacto entre eles contribuiu tanto para a consolidação e sobrevivência do regime socialista etíope, quanto para a integridade territorial do país. Por outro lado, ao apoiar a Etiópia, os soviéticos ganharam um importante aliado, em uma região estratégica do mundo, além de garantir acesso ao Oceano Índico e ao Mar Vermelho, bem como ao Golfo Pérsico.

3.3 CONFLITOS REGIONAIS

A Revolução Etíope e a troca de alianças no Chifre Africano impactaram fortemente nas relações interestatais da região. Durante a consolidação do socialismo no

¹⁶ Do original em inglês

país, a instabilidade interna contribuiu para que os movimentos de secessão eritreus ganhassem força e combatessem o governo central. A região de Ogaden, por sua vez, foi o motivo do conflito contra a Somália, a qual acreditou que os etíopes passavam por um momento de fragilidade do qual teriam de tirar proveito. Dessa forma, esses dois países se tornaram o centro das preocupações de Addis Abeba, se colocando como uma fonte de ameaça.

3.3.1 A Guerra entre Etiópia e Somália

A disputa territorial pela África, no final do século XIX, fragmentou o território somali entre quatro países: Grã-Bretanha, Itália, França e Etiópia. Dessa forma, Schmidt (2013) esclarece que os britânicos optaram por administrar o território não habitado da fronteira norte, abdicando das terras povoadas por somalis - Ogaden e Haud - para a Etiópia. A Itália, por sua vez, ocupou o espaço ao longo da costa do Oceano Índico, e a França, o que estava às margens do Mar Vermelho. Após a expulsão dos italianos do território etíope, durante a Segunda Guerra Mundial, os britânicos novamente administraram Ogaden e Haud. Em virtude da pressão americana, esses territórios acabaram sendo cedidos à Addis Abeba, apesar dos protestos da Somália, a qual em 1960 tornou-se independente e uniu as regiões ocupadas por ingleses e italianos.

A Guerra de 1977-78 entre Etiópia e Somália é conhecida como a Guerra de Ogaden precisamente pelo conflito ter se estabelecido e se justificado pela competição por esse território. Ogaden é majoritariamente uma área árida, exceto pelas faixas de terras às margens dos rios, com aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados. Habitada exclusivamente pelo povo somali, compreende diversos clãs, inclusive o clã dominante chamado Ogaden, o qual deu nome à região. Após sua independência, a Somália buscou retirar esse território dos etíopes, alegando motivos étnicos e culturais. Apesar de a Somália argumentar essas questões, os interesses econômicos estavam por trás desse impulso expansionista: o território que os irredentistas somalis ambicionavam incluía a província de Hararghe – onde duas das maiores cidades Etíopes se encontram, Harah e Dire Dawa. Essa província possui vales banhados por inúmeros rios, e é onde ocorrem amplas chuvas sazonais, sendo, portanto uma das regiões agrícolas mais ricas da Etiópia. Ademais, passa por essa província a crucial ferrovia ligando a capital etíope Addis Abeba à Djibuti (TAREKE, 2009).

As pretensões expansionistas da Somália a levaram a numerosas disputas fronteiriças com governos pró-ocidentais, tanto na Etiópia quanto no Quênia, durante os anos 1960. Por efeito disso, dentro da África, o país foi grandemente condenado por ignorar a integridade territorial dos países vizinhos. Com a antipatia dentro de seu continente, a Somália primeiramente voltou-se para os EUA em busca de auxílio na construção de seu exército. Ao não obter resposta do país ocidental, quem acabou concedendo ajuda foram os soviéticos, que em troca do fornecimento de armas, requisitavam acesso aos portos, espaço aéreo e armazenamento de mísseis no país (FALK, 1986). Entretanto, essa aliança não permaneceu por muito tempo, em virtude tanto da ascensão de um regime socialista na Etiópia, quanto da insistência dos somalis em ocupar a região de Ogaden.

Em 1975 foi criada a Frente de Libertação Ocidental da Somália (WSLF, em inglês) para promover a secessão em Ogaden. Essa organização recrutou um número substancial de soldados nessa região, com os quais se uniram soldados provenientes da Somália também. Dois anos depois, Cuba tentou mediar a situação, porém não obteve êxito. Mogadíscio¹⁷ talvez tenha relutado a negociar por perceber as dificuldades militares da Etiópia nas duas frentes: ao norte perdia controle das províncias para a Eritreia, e na região de Ogaden, a seu exército também avançava (VOLSKY, 1981).

Em julho de 1977, o exército somali - construído com a antiga ajuda soviética - iniciou o ataque em Ogaden, se opondo a um país cinco vezes maior, e dez vezes mais populoso. Acreditando que o país vizinho encontrava-se extremamente fragilizado, os somalis, se vitoriosos, teriam tomado um terço do território etíope (TAREKE, 2009). Em resposta a ação unilateral da Somália, a União Soviética imediatamente transferiu seus 1.200 conselheiros militares desse país para a Etiópia. Nos meses subsequentes Moscou abandonou todas as entregas de combustível e armas à Somália e declarou seu total apoio a Etiópia (SCHMIDT, 2013).

Em novembro, a Somália aboliu o tratado de amizade de 1974 com a URSS, proibindo o acesso dos soviéticos às instalações de Berbera e Mogadíscio, e cessou suas relações com Cuba expulsando-os de seu território. No mesmo mês, concomitante a segunda grande ofensiva somali em Ogaden, as guerrilhas na Eritreia intensificavam sua ação. Devido a essa situação, e com a justificativa de que apenas a ajuda internacional poderia salvar a revolução, independência e integridade territorial na Etiópia, Cuba

¹⁷ Capital da Somália.

decidiu enviar mais tropas ao país. Milhares de membros do exército e força aérea embarcaram em aviões soviéticos de Havana, Luanda e Brazzaville (VOLSKI, 1981).

Cuba colaborou com os Etíopes concedendo o equivalente a um bilhão de dólares em suprimentos militares, já os soviéticos enviaram mil militares entre setembro de 1977 e março de 1978, bem como provendo transporte para aproximadamente 12 mil soldados e seis mil conselheiros e técnicos cubanos. Conforme o exército etíope (apoiado pelos soviéticos) enfrentava o exército somali (construído pelos soviéticos), 400 alemães orientais chegavam pra treinar etíopes nas áreas de inteligência e forças de securitização. Temendo as consequências de uma vitória somali apoiada pelos árabes, Israel também enviou ajuda ao governo de Mengistu. (SCHMIDT, 2013).

Apesar da Arábia Saudita e Irã apoiarem os somalis, irremediavelmente eles encontravam-se enfraquecidos frente a uma Etiópia sustentada pelos países socialistas, e vista pelos outros Estados - tanto africanos, quanto as potências ocidentais - como vítima. Mogadíscio não conseguiu sustentar a guerra em Ogaden, e em 1978, decidiu retirar-se. Segue Schmidt (2013, p.152, tradução nossa):

A guerra terminou com uma retumbante vitória das forças Etíopes, Soviéticas e Cubanas - apenas dois anos após o triunfo Soviético-Cubano-MPLA em Angola. A operação militar na Etiópia foi o envolvimento mais significativo de Moscou fora da Europa Oriental desde a guerra da Coreia.¹⁸

A derrota da Somália, segundo Tareke (2009), ocorreu principalmente por dois motivos. O primeiro deles encontra-se no equívoco do país em acreditar que a guerra seria rápida. Quando isso não ocorreu eles ficaram sem opções, e apesar de contarem com um arsenal fornecido por seus antigos aliados soviéticos, seus sistemas de comando e logística eram inadequados. O segundo motivo encontrava-se na perspicácia etíope em tirar vantagem desses revezes dentro do exército invasor, e aproveitar-se da sua superioridade numérica, assim esgotando e vencendo o exército somali.

Evidentemente, deve-se salientar a colaboração das intervenções externas, que inclinaram a balança a favor de Addis Abeba. O patriotismo etíope e sua tenacidade contiveram a invasão, porém o auxílio cubano e soviético inegavelmente quebrou o impasse, assegurando o êxito etíope. Além de vitoriosos, emergiram do conflito como o Estado mais militarizado e poderoso no Chifre Africano. Como consequência, foi no ano de 1978 que Somália e Etiópia inverteram, definitivamente, seus aliados na Guerra

¹⁸ Do original em inglês.

Fria, já que através da guerra entre os dois países que se fortaleceram as novas alianças (TAREKE, 2009).

3.3.2 A Guerra entre Etiópia e Eritreia

A mais forte e politicamente complexa questão da Etiópia pós-revolucionária, foi, sem dúvidas, a resistência eritreia. O conflito teve início ainda durante o período imperial, em 1961, e diminuiu de intensidade em 1974 - quando Selassié foi deposto - apenas para tornar-se mais vigoroso a partir dos anos seguintes. Foram necessárias três décadas de guerrilhas para que os eritreus alcançassem a independência, no início da década de 1990. Entretanto, ao fim desse mesmo decênio, reacenderem novamente o conflito com os etíopes. Conseqüentemente, ao longo desses quarenta anos, centenas de milhares de pessoas perderam suas vidas. Recursos que poderiam ser utilizados para desenvolver essas nações empobrecidas foram desperdiçados na construção de enormes exércitos e na aquisição de artilharia sofisticada (HALLIDAY; MOLINEUX, 1981, ZEWDE, 2007).

Como frequentemente ocorreu no Chifre Africano, podem ser apontados tanto fatores internos quanto externos que contribuíram para o conflito. No âmbito externo, são assinalados por Zewde (2007) os elementos de caráter colonial e pós-colonial. Logo, a ocupação italiana no final do século XIX, a criação da colônia da Eritreia em 1890 e a posterior ocupação britânica, até 1952, provavelmente colaboraram como os agentes externos mais importantes. Em relação aos fatores internos, é apontada a incompatibilidade de um arranjo de federação em um Estado absolutista como o do imperador Selassié. Assim, a Eritreia autônoma transformou-se em uma anomalia na atmosfera política existente.

Após a saída da Grã-Bretanha, por recomendação da Assembleia Geral da ONU, o território eritreu foi cedido à Etiópia. Determinou-se que a região permanecesse como uma unidade federativa, submetida à autoridade etíope, porém guardando a autonomia doméstica. O arranjo, que buscava contemplar os interesses de ambas as regiões, acabou insatisfatório para as duas partes. Em seguida, a Etiópia anexou a Eritreia - ainda que essa tenha lutado diplomaticamente pela manutenção da federação - em 1962, como uma de suas catorze regiões. Desde então, os eritreus decidiram pela luta armada.

Durante o período imperial, os EUA perceberam a vulnerabilidade que se encontrava o Chifre Africano e ofereceram auxílio militar à Etiópia para que

contivessem a insurgência. Concomitantemente, Israel também temia as possíveis consequências que enfrentariam no caso da emergência de uma Eritreia independente e aliada dos Estados árabes, motivo pelo qual também forneceram assistência aos etíopes. Em contrapartida, quando o império foi derrubado e o DERG ascendeu na liderança do país, os insurgentes já haviam ocupado mais de 95% do território da Eritreia, constituindo um quadro que parecia impossível de reverter (SCHWAB, 1985).

Dentro da Eritreia, os movimentos nacionalistas começaram a emergir ao mesmo tempo em que, em outros países africanos, grupos com demandas semelhantes também apareciam. No ano de 1958, o Movimento de Libertação da Eritreia (ELM, em inglês) foi estabelecido por estudantes, trabalhadores e intelectuais, objetivando mobilizar greves e outras ações em massa na região. Contudo, os componentes dessa organização logo foram abafados pelo governo. Em 1961, a recém-formada Frente de Libertação da Eritreia (ELF, em inglês) optou pela luta armada, recebendo auxílio em treinamento, financiamento e fornecimento de armas dos Estados radicais árabes (principalmente Síria e Iêmen do Sul), o qual alimentaram os movimentos com armas soviéticas. A China também auxiliou a ELF com militares e armas até 1972, até quando a Etiópia reconheceu Beijing como legítima (SCHMIDT, 2013).

Em 1970, segundo Schwab (1985), a ELF se dividiu em dois movimentos separados, a ELF – Conselho Revolucionário e a Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF, em inglês). Essa última optou por separar-se devido a diferenças ideológicas: com seus componentes identificando-se com a ideologia socialista, sem orientações religiosas, opunham-se à ELF, que construía uma organização sustentada principalmente nos valores do Islã. Schmidt (2013) relaciona a EPLF com outros grupos de orientação socialista na África, como o PAIGC na Guiné, e FRELIMO em Moçambique. A organização estabeleceu escolas, cooperativas, hospitais e organizações de mulheres e jovens. Até 1975, recebeu materiais de apoio da URSS, Alemanha Oriental e Iêmen do Sul, bem como treinamento militar de Cuba. Todavia, o apoio dos países socialistas não perduraria:

Depois do estabelecimento de um regime marxista na Etiópia a URSS promoveu a noção da Eritreia autônoma, dentro de uma Etiópia socialista, e cortou o apoio ao EPLF. Apesar da teoria marxista colocada em prática pelo EPLF ser mais bem desenvolvida que a do DERG, uma Etiópia unificada com acesso ao Mar Vermelho era mais favorável aos interesses soviéticos. Entretanto, quando Moscou passou a apoiar a Etiópia e a sua guerra contra a Eritreia, Cuba emperrou. Sensível às visões sobre o não alinhamento em

geral, Cuba se recusou a apoiar a Etiópia nessa guerra (SCHMIDT, 2013, p. 158, tradução nossa)¹⁹.

Mesmo com o fim do auxílio soviético, os movimentos da Eritreia alcançaram êxito. Como a luta ocorria em concomitância à Guerra de Ogaden, os insurgentes aproveitaram-se dessa fragilidade. Em virtude disso, em 1978, os guerrilheiros já controlavam a maioria das áreas rurais e das cidades no território eritreu, com a Etiópia mantendo a ocupação apenas da capital Asmara, e das importantes cidades portuárias de Massawa e Assab. O DERG temia que a independência da Eritreia originasse uma reação em cadeia, a qual poderia culminar na desintegração total do país. Dessa forma, Mengistu acabou lidando com os movimentos separatistas da mesma forma que o imperador o fazia, eliminando todos, sem importar se havia, ou não, coincidência entre as ideologias. Zewde (2007, p. 18, tradução nossa) observa que:

[...] o DERG, após alcançar o poder em 1974, foi inerentemente incapaz de garantir um espaço democrático para seus cidadãos, muito menos para aqueles considerados inimigos da unidade do país e da integridade territorial. Quando a aparentemente infalível ideologia do marxismo-leninismo foi adotada pelo DERG, sua intolerância passou a ser travestida de legitimidade ideológica.²⁰

Os rebeldes acabaram por perder sua vantagem com o fim do conflito em Ogaden. Fortalecidos por todo o auxílio dos países socialistas, a Etiópia iniciou as ofensivas contra a Eritreia em maio de 1978, o que os levou a alcançar uma trégua militar até 1984. Enquanto isso, o conflito interno entre ELF e EPLF também trouxe perdas: no ano de 1981, a ELF colapsou, deixando a EPLF sozinha no combate. Mesmo abandonando o marxismo por um pluralismo democrático, em 1987, a EPLF recebeu pouco apoio material do ocidente. Dessa forma, o único equipamento militar que tinha a sua disposição eram os tanques, caminhões e armas que restavam das forças etíopes derrotadas.

Como aponta Tareke (2009), apesar de bem equipado, o exército etíope possuía falhas graves, as quais foram em grande medida responsáveis por sua derrota. Problemas organizacionais, logísticos e motivacionais abalavam os soldados, que, além disso, não possuíam conhecimento suficiente para operar as vastas quantidades de armas adquiridas. Treinados inadequadamente, os combatentes também eram comandados por oficiais despreparados, os quais pouco tinham conhecimento sobre técnicas de contra

¹⁹ Do original em inglês.

²⁰ Do original em inglês.

insurgência. As guerrilhas foram beneficiadas também pela geografia etíope, incompatível às infantarias motorizadas, porém adequada para servir como abrigo aos insurgentes em contra ataques aéreos e bombardeios da artilharia. Ademais, a Etiópia, um país com o dobro do tamanho da França, possuía apenas 23.812 quilômetros de estradas, dos quais somente uma pequena parcela era asfaltada. Em tudo que parecia ser amplamente desafiador aos militares, as guerrilhas eram especialistas em explorar.

A partir de 1984-85, a EPLF reagiu, conquistando diversas cidades, apreendendo equipamentos do governo e ganhando experiência em combate (VISENTINI, 2012). Já, em 1988, os guerrilheiros venceram uma das mais importantes batalhas travadas, a de Af Abet. Essa batalha, apesar de não ter sido definitiva, degradou severamente a capacidade militar etíope em travar batalhas, anunciou o fim da ditadura na Etiópia, e a independência da Eritreia (TAREKE, 2009). Os eritreus habilmente coordenaram suas forças com a Frente de Libertação do Povo de Tigre (TPLF, em inglês). Visentini (2012, p.163) esclarece que, “[...] enquanto os etíopes estavam ocupados e distraídos com a Eritreia, os rebeldes de Tigre lançaram uma ofensiva em sua região, obrigando o exército etíope, depois de certa resistência, a recuar na Batalha de Shire”.

Em 1989, com as mudanças internas na URSS e a democratização da Alemanha Oriental, a Etiópia perdeu seus principais parceiros e fornecedores. Apenas permanecia o auxílio de Israel, constantemente receoso da influência árabe nos países do Chifre Africano, porém incapaz de compensar a ausência dos soviéticos. Numa operação conjunta, em fevereiro e março de 1989, EPLF e TPLF derrotaram as forças etíopes no oeste de Tigre, resultando na desistência do DERG da maioria da província. Com isso, a porção de terra que ligava a Etiópia à Eritreia havia sido bloqueada. Em fevereiro de 1990, ocorreu a batalha definitiva, na qual o EPLF capturou o porto de Massawa, cortando a ligação ao mar que supria as tropas etíopes em Asmara (SCHMIDT, 2013).

A partir de então, tanto o exército etíope, quanto o governo já se encontravam extremamente fragilizados, sendo uma questão de tempo até que as forças insurgentes derrubassem Mengistu, e a Eritreia conseguisse sua independência. Em maio de 1991, a Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope²¹ (EPRDF, em inglês) avançou em direção à Addis Abeba, provocando o exílio do presidente Mengistu e o colapso do exército inimigo. Enquanto a EPLF ocupou a capital da Eritreia em 24 de maio, a EPRDF tomou a capital etíope no dia 28 do mesmo mês. No intervalo desses

²¹ Coligação dos movimentos de oposição liderada pela TPLF.

acontecimentos, foi acordado um cessar fogo entre os dois países, e o adiamento do referendo sobre a independência eritreia em mais dois anos. Em consequência disso, apenas em abril de 1993 que a ONU financiou o referendo. Quando ocorreu, a maioria favorável à independência foi esmagadora. Em maio de 1993, a Eritreia se tornou uma nação independente (SCHMIDT, 2013).

3.4 O FIM DO GOVERNO SOCIALISTA

A Etiópia passou por duas revoluções. A primeira delas liderada pelo centro, através de uma organização que se autoproclamava marxista-leninista, e que utilizou a força e a compulsão para executar a revolução de “cima para baixo”. A segunda revolução era liderada por intelectuais insurgentes, também de caráter marxista-leninistas, com base no interior do país. Assim, a segunda era o inverso da primeira, com sua base no campesinato, era uma revolução de baixo para cima (TAREKE, 2009).

Dessa forma, enquanto a Etiópia batalhava contra os insurgentes eritreus, também enfrentava outros levantes que erodiram o governo central. Dois deles se destacaram: o primeiro ocorreu ao sul, liderado pela Frente de Libertação de Oromo (OLF, em inglês), e lutava por autodeterminação; o segundo ocorreu ao norte, em uma província adjacente a Eritreia, liderada pela Frente de Libertação do Povo de Tigre (TPLF), os quais demandavam mudança política dentro do país. Em conjunto com o EPLF, os tigrinos derrotaram o regime socialista, já desgastado política e militarmente (SCHMIDT, 2013).

Tanto o movimento do centro, liderado por Mengistu, quanto o movimento da periferia, liderado principalmente pela TPLF e EPLF viam no marxismo vantagens distintas. Enquanto o primeiro sustentava-se nessa ideologia como uma tentativa de criar um Estado poderoso, e o meio pelo qual poderiam implementar a revolução, o segundo utilizava-se do marxismo-leninismo como uma ideologia para sustentar suas guerrilhas. Entre os grupos insurgentes, todavia, existiam diferenças importantes. O EPLF lutava por secessão, enquanto o TPLF desejava autonomia dentro de uma Etiópia democrática. A região tigrina era homogênea em língua e região, os habitantes – e também os líderes do movimento – viviam isolados devido às montanhas. Assim, a TPLF se espelhava em um modelo de Estado como o albanês, com o marxismo-leninismo isolado tanto do bloco socialista, quanto do bloco capitalista (CLAPHAM, 1992).

O governo de Mengistu foi bem sucedido na mudança da antiga ordem política e social, destruindo todas as estruturas do período imperial. Os grandes meios de produção foram nacionalizados e as relações de produção, tanto nas cidades, quanto no interior, transformaram-se através da estatização das terras e a criação de instituições locais, que substituíram a antiga hierarquia dos senhores de terras. Outro sucesso foi a formulação de um estado poderoso e centralizado. O regime socialista, através do DERG e do WPE, constituiu um Estado com capacidade de organização social de larga escala, sem precedentes na história do país. Comprova-se isso ao observar o impacto das modificações no interior etíope, onde em muitos casos a reforma agrária foi executada pelos próprios camponeses, com o mínimo de direção central (CLAPHAM, 1992).

As campanhas do governo na década de 1980 não foram tão populares entre os camponeses. Em 1983, novamente a Etiópia passou por um período de seca. A partir de então, uma nova crise de fome assolou o país no ano seguinte, coincidentemente o ano em que a revolução completava dez anos, e o WPE estava para ser lançado. Enquanto um sexto da população do país estava em risco de morte e deixavam suas casas a procura de comida, o governo preparava a exibição do quão prospera havia se tornado a Etiópia durante a vigência de Mengistu. A atitude de Addis Abeba foi de mover essas pessoas das regiões de seca, uma ideia antiga, porém mal executada pelo governo, o qual agiu como se essa campanha fosse uma missão militar, e não humanitária. Além de a população ser retirada compulsoriamente de suas terras, o governo não tinha preparo para construir novas casas, prover a elas atendimento médico e fornecer alimento a todos. Em 1986 aproximadamente 600 mil pessoas haviam sido deslocadas de seus lares, em um projeto mal concebido para fornecê-las melhores condições de vida (MARCUS, 1994).

Outra medida impopular foi o processo de aldeamento – *villagization* - no qual o governo obrigava os camponeses a abandonarem suas casas, para se estabelecerem em pontos centrais. A ideia era colocar essa população próxima a regiões por onde passavam estradas, concentrando as habitações ao longo das linhas de comunicação do país. Todavia, o governo não possuía mão-de-obra nem os recursos necessários para prover às novas vilas serviços sociais, educacionais e médicos. Em 1990, a maioria desses novos povoados carecia das promessas feitas pelo regime tendo em vista que os recursos estavam sendo direcionados aos conflitos em Tigre e Eritreia (MARCUS, 1994).

Clapham (1992) aponta que a grande falha do regime socialista era que, por um lado, o sistema se mostrava eficiente em constituir instituições as quais trabalhavam bem em termos de estrutura interna. Porém, por outro lado, não se traduziam em efetividade quando encontravam os objetivos para as quais eram direcionadas. A reforma agrária falhou, e ainda que a fome tenha tido origem na seca, era a comprovação desse fato. Ademais, os camponeses sofriam também por não possuírem mais o trabalho sazonal nas fazendas privadas como costumavam fazer. Assim, as medidas governamentais foram se tornando cada vez mais impopulares durante a década de 1980, as guerras haviam privado a economia não apenas economicamente, mas também de indivíduos para trabalhar nas terras. Por conseguinte, os camponeses, alicerce principal do DERG, deixavam progressivamente de apoiá-lo.

Em 1990, Mengistu reagiu anunciando o abandono do socialismo, o que gerou o desaparecimento das fazendas comunitárias da noite para o dia. Para população, restou apenas carregar o que podiam desses lugares, e partir para constituir novamente suas fazendas individuais. A falha política e militar do socialismo de Mengistu foram igualmente dramáticas, e obviamente ambas estavam intimamente relacionadas. Coincidiram com o colapso do marxismo-leninismo ao redor do mundo, todavia não estavam relacionadas a esse fenômeno. Com ou sem apoio soviético, a questão definitiva se encontrava tanto no exército etíope, o qual possuía defeitos em sua liderança, quanto no governo central, que não mais possuía legitimidade. Ressalta-se que o grupo insurgente e o grupo no poder eram orientados pelo marxismo-leninismo, todavia, enquanto a ideologia foi benéfica para um, acabou sendo maléfica ao outro, como segue Clapham (1992, p.116, tradução nossa):

Se o marxismo-leninismo falhou em funcionar para o regime de Mengistu, precisamente o oposto parecia ser verdadeiro para os movimentos insurgentes que chegaram triunfantes ao poder em maio de 1991. As suas próprias ideologias marxistas funcionaram no sentido de que eles foram capazes de derrotar um exército significativamente maior que seu próprio e apoiado por uma superpotência militar.²²

²² Do original em inglês.

4 ETIÓPIA NO PÓS-GUERRA FRIA

Após o fim da Guerra Fria, durante a década de 1990, o continente africano passou por um período de marginalização que aumentou o número de conflitos. Com a queda do muro de Berlim, a atenção global voltou-se para outros eventos, como o desmembramento da URSS, a abertura do Leste Europeu, o desenvolvimento dos países asiáticos e a democratização da América Latina. Assim, de acordo com Diallo (2011): “esse período marcou um crescente desinteresse por tudo que diz respeito à África, e isso impactou negativamente na estabilidade dos países africanos.” Ademais, a adoção do liberalismo político e econômico pelos países africanos contribuiu para um período de retrocesso, o qual testemunhou os diversos conflitos, a miséria e as epidemias, alimentando a imagem do afro-pessimismo (VISENTINI, 2013).

Com o desengajamento das superpotências no continente, esperava-se que a África Subsaariana emergisse para um período de paz, democracia e prosperidade econômica. Em contrapartida, como boa parte do continente deixou de ter valor estratégico, assim perdendo o poder de barganha frente aos países desenvolvidos, foi desencadeada a tribalização dos conflitos e da política regional. Irromperam guerras em diversas partes do continente como África austral, Libéria, Serra Leoa, Congo, Ruanda e Burundi (DIALLO, 2011, VISENTINI, 2013).

O Chifre Africano não foi exceção. Os regimes da Etiópia e Somália foram depostos ao mesmo tempo em que o socialismo científico também era derrubado. Desde então, o estado somali foi fragmentado, contribuindo ainda mais para a instabilidade na região. Houve tentativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e EUA de intervir no país. Todavia acabaram sendo expulsos pelas milícias, abandonando a missão em definitivo no ano de 1995, o que comprova a queda da importância dessa região nos anos 1990. Por outro lado, os EUA se fizeram presentes no Chifre através da aliança com o novo governo marxista etíope, responsável pela retirada de Mengistu do governo. A Eritreia, por sua vez, obteve a independência e, no final da década, iniciou uma guerra contra os etíopes. Por fim, o Sudão configurava-se em um estado apoiado em leis islâmicas, bastante isolado regionalmente, e enfrentando um conflito interno entre cristãos do sul, e islâmicos no norte.

Comumente se atribuem como causa aos conflitos africanos as diferenças étnicas e a artificialidade dos Estados, além de muitas vezes, serem destacadas as questões humanitárias. Durante os anos 1990 esse pensamento foi fortalecido, todavia esse tipo

de interpretação dificulta uma análise política da situação, como segue Diallo (2011, p. 53):

O fato de priorizar a dimensão humanitária e econômica dos conflitos tende a ocultar suas dimensões políticas e, portanto, obscurecer o fato (essencial) de que estes conflitos são somente uma parte do produto resultante do processo da evolução política, absolutamente indispensável à formação do estado.

A partir de meados da década de 1990, o continente africano começou a esboçar uma reação, reafirmando-se no sistema mundial (VISENTINI, 2013). Essa tendência se consolidou nos anos 2000, quando a África subsaariana apresentou crescimento de 5% a 6% ao ano, desde 2003. O continente realizou reformas econômicas liberalizantes, reduziu a fragilidade externa gerada por saldos exportadores e passou a atrair mais investimentos externos diretos. Politicamente, as instituições e governos se consolidaram em bases menos autoritárias e com algum apelo às noções da democracia, o que aumentou a confiança internacional. Além disso, os africanos buscaram aproveitar-se mais dos processos de integração regional e da revitalização da OUA, a qual passou a ser denominada de União Africana (UA), em 2002 (SARAIVA, 2008).

De acordo com Saraiva (2008), a África vem superando o período de guerras internas e interestatais, as maiores causadoras da pobreza e dificuldade no desenvolvimento. A partir do novo século, os africanos inauguram a liderança de seu próprio continente, se distanciando do período colonial e aproveitando-se das oportunidades que se fazem presentes, entre elas: novos e velhos atores voltam a focar sua atenção para o continente; abundância em recursos minerais essenciais à indústria contemporânea; exploração do petróleo e amplo mercado para construção de infraestrutura.

Nesse sentido esse capítulo busca percorrer as últimas duas décadas da história etíope, no pós-Guerra Fria. Assim, primeiramente analisa-se a configuração do Estado após a queda do regime socialista, a implementação do federalismo étnico e as características do novo governo. Em seguida, faz-se o estudo das relações do país com a Eritreia e Somália. Por fim, é descrito o papel etíope nas iniciativas regionais, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e União Africana (UA).

4.1 FEDERALISMO ÉTNICO

O colapso do regime instituído por Mengistu Haile-Mariam, e sua fuga de Addis Abeba em 1991, de acordo com Clapham (1992), foi mais do que apenas a simples queda de um ditador apoiado pelos soviéticos. Marcou o fim de dezessete anos de uma forma de marxismo-leninismo, vista como o único meio eficiente para transformar o país. Os eventos de maio daquele ano foram apenas a oficialização do fim do regime, já que Mengistu havia abdicado do socialismo no ano anterior. Além disso, não há como ignorar que a queda do marxismo-leninismo coincidiu com o colapso dos países socialistas no Leste Europeu e URSS. Entretanto, os fatores internos, e não externos à Etiópia, foram os responsáveis pelo fim desse sistema.

A EPRDF²³ (coligação liderada pela TPFL), comandada por Meles Zenawi, tomou Addis Abeba em maio de 1991, iniciando o Governo Provisório que perduraria até 1995. A segunda revolução, de baixo para cima, havia sido bem sucedida e iniciava suas transformações. Como a população etíope encontrava-se fortemente decepcionada em relação às políticas executadas pelo governo anterior, essa coligação buscou reverter todas as proposições do antigo sistema. Dessa forma, novamente a Etiópia passou por um período de grandes mudanças, comparáveis inclusive com as ocorridas durante o emprego do socialismo.

A nova liderança interpretou que os conflitos eram gerados pela supressão das diversas nacionalidades dentro do Estado. A partir disso, a EPRDF propôs a adoção do federalismo étnico no país, fornecendo autonomia aos diferentes povos e reconfigurando o mapa da Etiópia. As regiões passariam a ser denominadas de acordo com a etnia local predominante, e sua língua oficial seguiria de acordo com essa maioria. As etnias, a partir de então, se tornaram o ator central da vida política etíope, contrariando o que ocorria na maioria dos países africanos em que as etnias eram afastadas da discussão política (CRISTIANI, 2007). Ou seja, o novo governo (CRISTIANI, 2007, p. 6, tradução nossa):

[...] se separa assim de maneira radical do discurso utilizado pelos regimes anteriores. Não se fala mais da Etiópia herdeira da tradição aksumita, porém de um país constituído por uma variedade de grupos, cada um com seu

²³ A coalizão compreende os seguintes partidos: TPLF, a Organização Democrática do Povo Oromo (ODPO, em inglês), Movimento Democrático Nacional Amara (ANDM, em inglês), Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (SEPDM, em inglês) (DIAS, 2013).

próprio legado, orgulhoso e rico, porem que haviam decidido viver em comunidade²⁴.

Em 1995, com a celebração das eleições gerais o período de transição chegou ao fim. Em agosto daquele ano entrou em vigor a nova Constituição que estabelecia uma estrutura federal e democrática. Assim, a Etiópia passava a ser reconhecida como República Federal Democrática da Etiópia. A Constituição oficializava a divisão do Estado em nove regiões²⁵ com bases nas origens étnicas, todas elas com direitos e poderes iguais. De acordo com o Art.º 39, os diferentes grupos étnicos designados como Nações, Nacionalidades e Povos da Etiópia possuíam o direito de governarem a si próprios e de autodeterminação (DIAS, 2013). Esse era o primeiro, dos três pilares da Constituição. Os outros dois eram relacionados aos direitos humanos e aos direitos de propriedade privada, indo de encontro às ações do regime anterior.

O Primeiro Ministro escolhido foi justamente o líder do TPLF, Meles Zenawi, enquanto o primeiro presidente foi Negasso Guidada. O sistema parlamentarista adotado na Etiópia concede amplos poderes ao Primeiro Ministro, para o qual cabem as funções de chefe de governo, comandante chefe das Forças Armadas e presidente do Conselho de Ministros. Ademais, controla o judiciário e possui poder por tempo indeterminado. Por outro lado, o cargo da presidência é apenas decorativo e possui limite de gestão de seis anos, podendo haver uma reeleição (BALCHA, 2007, VILLALOBOS, 1998).

A nova democracia, mesmo frágil, trouxe ganhos nas esferas sociais e econômicas. Entretanto, o processo que se encaminhava desde 1991 foi interrompido por dois eventos. O primeiro deles foi o retorno do conflito entre eritreus e etíopes, em 1998-2000, o segundo, os incidentes desencadeados pelas eleições de 2005. Em relação ao primeiro evento, a volta da guerra originou críticas ao federalismo, principalmente devido ao ressentimento quanto à perda de acesso aos portos eritreus. Conseqüentemente, os resultados da guerra afetaram a popularidade de Zenawi dentro de seu partido (TPLF). Novas facções ganharam força e passaram fazer oposição ao seu grupo. Todavia, habilmente o Primeiro Ministro inverteu a situação ao criar alianças com outras organizações e ampliando seu poder para além do grupo étnico dos tigrinos, mantendo-se no poder (DIAS, 2013).

²⁴ Do original em espanhol.

²⁵ Compreendia os estados de Tigre, Afar, Amara, Oromo, Somalia, Benshangul/Gumuz, Nações do Sul, Povo de Gambela, Povo de Harari (ETIÓPIA, 1994).

O segundo evento, as eleições de 2005, foi desencadeado pela insatisfação populacional com o EPRDF. O acontecimento histórico levou mais de 90% dos eleitores a votarem em forma de protesto, não a favor de outro partido, mas contra a EPRDF. A população sentia que o partido era, ou incapaz, ou indisposto a abandonar os vestígios de autoritarismo representado atualmente pela alta concentração de poder no executivo. Assim, em 15 de maio de 2005, a Frente foi rejeitada nas urnas pela sua arrogância, complacência e inaptidão. Os resultados da eleição foram contestados, pois caso a contagem houvesse sido feita de maneira transparente, era provável a derrota do partido no poder. Embora não tenham existido provas de fraude o resultado conduziu a manifestações, que foram amplamente abafadas, resultando em 200 mortes e 700 feridos. A partir de 2005, o processo de democratização foi interrompido, uma vez que o governo se tornou mais autoritário e combateu mais fortemente a oposição. (TAREKE, 2009, DIAS, 2013)

De acordo com Dias (2013), a perseguição mostrou seus resultados nas eleições de 2010, culminando na eleição de apenas um deputado por um partido de oposição. Já a EPRDF obteve 99,6% do total de votos. Posteriormente às eleições, Meles Zenawi colocou em andamento uma mudança geracional na EPRDF, anunciando seu intuito de afastar-se do governo antes das eleições de 2015. Durante sua gestão, o Primeiro Ministro foi bem sucedido na área econômica, conseguindo atrair investimentos para o país e o reconhecimento do Banco Mundial, que qualificou a Etiópia como uma das economias em crescimento no continente africano, especificamente no período de 2003-2007. Ainda no âmbito econômico, foi criado o Plano de Crescimento e Transformação para a Etiópia, objetivando apoiar a agricultura comercial dos pequenos proprietários. Todavia, esse plano foi interrompido com a crise de 2007, dando lugar a outros projetos de construção de grandes barragens, plantações de açúcar e locações de grandes terrenos para os investidores estrangeiros produzirem gêneros alimentícios para exportação (DIAS, 2013).

Meles Zenawi faleceu em agosto de 2012, sendo apontado como seu sucessor Hailemariam Desalegn, vice-presidente da TPLF. Essa escolha foi feita em consonância ao equilíbrio étnico, já que o novo Primeiro Ministro, assim como seu antecessor, pertence a etnias minoritárias. Os maiores desafios do grupo no poder estão relacionados à abertura do espaço político à participação de outros partidos e a restauração do processo de democratização interrompido em 2005. Além disso, as questões étnicas permanecem um assunto delicado, com focos de oposição armada,

principalmente da Frente de Libertação Nacional de Ogaden (ONLF, em inglês) e da Frente de Libertação de Oromo (OLF, em inglês), que são combatidas através da ação militar (DIAS, 2013).

4.2 RELAÇÕES REGIONAIS

Segundo o Livro Branco de Defesa etíope, a política externa a ser perseguida pelo país apenas tem sentido se também está associada ao desenvolvimento da nação. O documento critica governos anteriores, os quais teriam buscado uma política externa de “fora para dentro”, sem se preocupar com as condições internas do país. Outra crítica importante é a de que gestões passadas percebiam a Etiópia como cercada de inimigos. Distanciando-se do último regime, os etíopes propõe que suas relações exteriores estão entrando em um novo capítulo na história do país. Por diversas vezes no documento, repete-se que há a intenção de restaurar as boas relações com nações vizinhas, associando a pacificação da região com necessidades de desenvolvimento. São mencionadas as preocupações em relação ao compartilhamento de recursos naturais, utilização portuária e incremento do comércio na região, o qual é bastante incipiente (ETIÓPIA, 2002).

De acordo com Mohammed (2007), ao analisar o Livro Branco Etíope se encontram três círculos concêntricos nas preocupações de segurança nacional do país. O círculo externo é composto pelo Egito, e pelas possíveis ameaças do surgimento de um Estado islâmico militante na Península Arábica. No círculo do meio, estão os países vizinhos que podem representar alguma ameaça de desestabilização. Por fim, no círculo central, se encontram os países com quem a Etiópia encontra problemas de fronteira, e que podem provocar conflito em grande escala.

Os países do Chifre Africano encontram-se interligados não apenas por questões políticas, mas também dividem recursos naturais, como os rios. A Etiópia é a fonte de 86% da água que flui para os outros países que abrigam a bacia do Rio Nilo. Entretanto, esses recursos ainda não são completamente utilizados, com apenas o aproveitamento de um por cento do potencial energético e de irrigação. Nesse sentido, a relação entre Etiópia, Sudão e Sudão do Sul, centraliza-se na questão do acesso e uso desses rios, estando esses países no círculo do meio, de acordo com a interpretação de Mohammed (2007). A região da fronteira etíope com o Sudão do Sul, Gambella, é cortada por diversos rios tributários do Nilo Branco, assim fazendo parte da importante bacia

hidrográfica. As águas são completamente navegáveis, o que possibilita um corredor de comércio entre os países vizinhos (CASCÃO, 2013). Por esse motivo, a zona passa por instabilidades em razão da disputa pela água que representam alguma desestabilização e preocupação.

Devido ao histórico no relacionamento com Eritreia e Somália, esses países se encontram no centro das atenções da Etiópia. Assim, serão debatidos especificamente nas divisões deste subcapítulo. Além disso, também se coloca como central na política externa etíope a participação nas iniciativas da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e União Africana (UA). Ambas se apresentam como uma plataforma onde o país pode agir regionalmente, sem despertar tantas desconfianças, como ocorreriam se o país agisse sozinho.

4.2.1 Etiópia e Eritreia

Quando a EPLF e TPLF chegaram ao poder em 1991, o processo de independência da Eritreia teve início. Desse período em diante, principalmente após o referendo que determinou a independência da Eritreia, os países começaram a fortalecer seu relacionamento. Em 1993 assinaram um Acordo de Amizade e Cooperação, que refletia a vontade dos Estados em alcançar integração econômica e cooperação política. Foi acordado que a Eritreia poderia utilizar a moeda etíope birr, enquanto que em troca a Etiópia poderia ter acesso aos portos de Massawa e Assab. Outros acordos se seguiram, buscando a liberalização comercial, mecanismos de controle de inflação e sincronização de políticas comerciais. Ademais, também foi acertada a colaboração para a reconstrução dos países, destruídos durante a guerra (REGASSA, 2011).

Dessa forma, entre os anos de 1991 e 1997 não havia sinais de hostilidade entre os países. Entretanto, a partir de 1997 a relação entre ambos começou a deteriorar. Por um lado, são apontadas causas políticas ao conflito, uma vez que os Estados possuíam governos altamente centralizados, nos quais os líderes eram os únicos responsáveis pela política externa. Isso contribuía para tomada de decisões precipitadas, como foi a de Isaias Afwerki (presidente eritreu) na invasão ao território etíope em 1998. Por outro lado, questões econômicas também colaboraram para a piora nas relações entre eles: a Eritreia começou a utilizar sua própria moeda, o nakfa, em 1997, contrariando a proposta etíope de permanecer utilizando o birr. Somando-se a esses fatores, temas

como as taxas cobradas pelo uso do porto de Assab por Addis Abeba e a imposição de tarifas às importações eritreias afastaram os dois países (MULUGETA, 2011).

Em 12 de maio de 1998 os Eritreus enviaram seu exército para dentro do território etíope, afirmando que haviam sido atacados antes e acreditando que Addis Abeba cederia às suas exigências, sem reagir. Contudo, estavam enganados, após a inesperada incursão o parlamento da Etiópia aprovou uma resolução requisitando a retirada das forças invasoras. Com a relutância de Asmara em retirar-se, os dois países passaram a movimentar suas forças militares e prepararem seus exércitos através da compra de armas. O número de soldados mobilizados pela Etiópia era de 350 a 400 mil, enquanto a Eritreia mobilizou de 200 a 250 mil soldados. Além disso, o gasto na compra de armamentos foi estimado em 300 milhões de dólares anuais de 1998 a 2000 (MULUGETA, 2011, TAREKE, 2009).

Ocorreram tentativas de mediar a situação entre os países, por EUA e Ruanda, e posteriormente pela Organização da Unidade Africana, todas malsucedidas. A Guerra continuou ao longo da fronteira de mil quilômetros, Eritreia e Etiópia lutaram pesadamente em Badme, Zalambesa e Bure, entre 1998 e 2000. O acordo proposto pela OAU (manter as fronteiras anteriores a maio de 1998) apenas foi aceito pela Eritreia quando a Etiópia ocupou a cidade de Badme, em fevereiro de 1999. Todavia, a suspensão do conflito foi quebrada quando Addis Abeba lançou uma ofensiva em 13 de maio de 2000, recuperando todos os territórios, incluindo Zalambesa e Bure. Além disso, seguiu avançando e ocupou uma grande faixa do território eritreu (MULUGETA, 2011). A disputa territorial pode inferir que a guerra foi causada pela demarcação de fronteiras, sobre isso segue Tareke (2009, p. 344, tradução nossa):

Tanto o agravamento das hostilidades e o fracasso da mediação por terceiros enganam, fazendo parecer que a disputa por fronteiras foi a causa da disputa. O conflito foi, é claro, um aspecto do ainda incompleto processo de formação estatal no Chifre Africano. Apesar disso, o território foi o gatilho, não a causa da guerra²⁶.

Em dezembro de 2000 foi assinado o Acordo de Paz de Algiers, sob os auspícios da OUA, ONU, União Europeia e EUA, dando fim às hostilidades. Anteriormente, em junho daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU havia estabelecido a Missão de Paz das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE, em inglês), a qual seria

²⁶ Do original em inglês.

responsável por vigiar a zona temporária de segurança de 25 quilômetros, acordada entre os países (MEKONNEN; TESFAGIORGIS, 2011).

O Acordo de Paz determinava que a disputa das fronteiras fosse submetida a dois órgãos independentes. O primeiro deles era a Comissão de Requerimentos Eritreia-Etiópia, responsável por analisar as reivindicações quanto às perdas na guerra. A segunda era a Comissão de Fronteiras, a qual cabia demarcar os limites de acordo com os tratados coloniais de 1900, 1902 e 1908. Addis Abeba e Asmara haviam concordado que a deliberação da Comissão seria definitiva. Entretanto, quando foi determinado que a simbólica cidade de Badme²⁷ pertencia a Eritreia, os etíopes se recusaram em aceitar a decisão, o que levou a situação a um impasse (MEKONNEN; TESFAGIORGIS, 2011).

A ocorrência da guerra entre os dois países extremamente empobrecidos trouxe péssimas consequências nas esferas sociais, econômicas e políticas para ambos, e também para a região. O conflito gerou a morte de dezenas de milhares de pessoas, com um valor estimado de 50 a 100 mil. Somadas a essas vítimas, calcula-se um número de refugiados de 650 mil indivíduos, os quais em sua maioria permanecem sem poder retornar a suas casas até hoje, devido à tensão no território. Economicamente eritreus e etíopes gastaram valores extraordinários para manter a guerra, cerca de um bilhão de dólares se colocados em conjunto os gastos dos dois países. Mesmo com o acordo de paz, a instabilidade na zona de fronteira faz com que recursos continuem a ser desviados para alimentar a presença de soldados ao longo da região. No âmbito da política interna, os partidos governantes EPLF e TPLF aproveitaram-se da guerra para centralizar o poder político (MULUGETA, 2011).

Em virtude de um suposto apoio dos grupos armados da Eritreia às milícias localizadas na Somália, os etíopes decidiram enviar tropas a esse país, em 2006. Os eritreus foram acusados de armar e treinar os grupos insurgentes Frente de Libertação Nacional de Ogaden e Frente de Libertação de Oromo visando prejudicar a segurança da Addis Abeba (MULUGETA, 2011). Após mais de dez anos da negociação do cessar fogo a instabilidade permanece entre os países, bem como a possibilidade de retorno do conflito.

4.2.2 Etiópia e Somália

²⁷ Apesar de Badme não ser a causa da guerra, os regimes etíope e eritreu atribuíam a vitória no conflito para quem fosse designada a cidade.

Após a queda de Mengistu, seguiu-se a deposição do regime de Siad Barre na Somália. Como afirma Vicentini (2012), o conflito em Ogaden resultou na fragmentação interna da Somália, o que contribuiu para a emergência de milícias contrárias ao governo de Barre. Embora composta de grupos dispares, esse movimento de oposição foi capaz de derrubar o governo central em 1991. Em seguida, a Somália foi dominada por catorze senhores de guerra. Em virtude da ausência de um governo central o país colapsou, com clãs disputando entre si o poder e o controle de territórios (CARDOSO, 2012). Inicialmente, em 1992, a ONU interveio para tentar controlar a situação, todavia com o fracasso as forças da organização foram retiradas em 1995.

De acordo com Sabala (2011), o atual conflito na Somália é, principalmente, entre as forças militares enfraquecidas do Governo Federal de Transição (TFG, em inglês) e seus aliados, contra grupos fundamentalistas em que se destacam o al-Shabaab e Hizbul Islam. Outro grupo, Ahlu Sunna Wal-Jama'a foi parte da oposição até a assinatura de um acordo com o TFG, em 15 de março de 2010, em Addis Abeba, o qual acabou não entrando em vigor.

Após a retirada da ONU, a Etiópia invadiu por diversas vezes a Somália, em busca da restauração do governo central e da estabilização da região. Dessa maneira, a primeira intervenção ocorreu em agosto de 1996, seguida de várias outras intervenções em 1999, as quais perseguiram o grupo al-Ittihad al-Islamiya. Essa facção batalhava pela anexação de Ogaden, estabelecendo alianças com os habitantes somalis da região. Ademais, esse grupo assumiu a autoria de uma série de bombardeios e ataques à Etiópia, em 1996, o que também justificava sua perseguição (SABALA, 2011).

Novamente, em dezembro de 2006, a Etiópia intercedeu na Somália, objetivando afastar do poder da União das Cortes Islâmicas (UIC, em inglês), substituindo-a pelo TFG, confinado na cidade de Baidoa, para Mogadíscio. O governo etíope era apoiado pelos EUA, uma vez que ambos objetivavam conter a expansão da influência islâmica na região. A preocupação de Addis Abeba era de que o apoio a grupos insurgentes em Ogaden difundisse a ideologia fundamentalista na região. A decisão controversa de intervir foi apoiada pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Em seguida, a ação foi parcialmente responsável pela retirada da Eritreia do órgão regional, em abril de 2007 (SABALA, 2011). Na visão dos líderes etíopes, os perigos que provinham da Somália se encontravam na ligação entre as milícias desse país com ameaças provenientes da Eritreia, e com grupos insurgentes dentro da própria Etiópia, como a Frente de Libertação de Oromo (OLF) e a Frente de Libertação

Nacional de Ogaden (ONLF). Em virtude dessas ameaças, tanto externas quanto internas, Addis Abeba buscou aumentar sua presença militar em regiões controladas pela UIC (LYONS, 2011).

A situação se agravou em 2007 quando um conflito implodiu em Ogaden, região somali da Etiópia. Após os intensos ataques da ONLF, os Etíopes reagiram apoiados por clãs locais não pertencentes à origem Ogaden. Em consequência disso, foi desalojada boa parte da população. A piora na disputa encontrava motivos nas supostas conexões entre agentes eritreus e a ONLF²⁸. Logo, os militares etíopes lançaram uma estratégia brutal de violência, restrição de alimentos e comércio, forçando a relocação dos civis em aldeias protegidas. Essa pesada campanha militar forçou a ONLF à clandestinidade. Devido a grande violência, grupos internacionais tentaram enquadrar o ocorrido em Ogaden como genocídio. Contudo, o conflito permanece invisível para a comunidade internacional e os esforços não obtiveram êxito. Ademais, o acesso à região por estrangeiros é dificultado, tornando impossível saber o impacto humanitário da hostilidade (LYONS, 2011).

Em 2008, foi decidida a retirada das tropas de Addis Abeba da Somália. Entretanto, mesmo com a sua saída, a Etiópia permaneceu um ator fundamental na esfera dos conflitos entre os clãs. Em numerosas ocasiões a capital etíope recebeu reuniões para reconciliação entre membros do governo do TFG e as facções somalis, embora essas iniciativas tenham sido pouco eficientes. Além disso, os etíopes mantêm presença militar significativa ao longo de suas fronteiras, e treinam grupos anti-al-Shabaab em seu território. Ou seja, permanecem observando de perto a Somália, tanto em defesa à sua integridade territorial, quanto em defesa ao interesse nacional de afastar possíveis aliados aos grupos de oposição ao governo etíope (SABALA, 2011).

4.2.3 Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

No início da década de 1980, seis países do Chifre Africano, Etiópia, Djibuti, Quênia, Somália, Sudão e Uganda (Eritreia e Sudão do Sul passaram a fazer parte posteriormente) estabeleceram um órgão intergovernamental para o desenvolvimento e controle das secas e desertificação na região. Assim, a Autoridade Intergovernamental

²⁸ Ambos seriam responsáveis por um ataque a uma região de exploração de petróleo, denominada Abole, na Etiópia, em abril de 2007; o resultado da ofensiva foi a morte de 74 civis, incluindo 9 trabalhadores chineses (LYONS, 2011).

sobre Seca e Desenvolvimento (IGADD, sigla em inglês) foi oficializada em janeiro de 1986, em uma reunião dos chefes de estado e governo dos países envolvidos. Transcorridos dez anos, percebeu-se que o órgão poderia se tornar um espaço para a discussão de questões políticas e econômicas entre os países da região. Dessa maneira, surgiu a ideia entre os membros de revitalizar a IGADD, aumentando suas esferas de cooperação.

Em 1996, foi inaugurada a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As principais questões compreendidas pela organização revitalizada incluíam: a igualdade de soberania entre os membros; a não interferência nas questões internas dos países; a resolução pacífica de conflitos interestatais e intraestatais; e a manutenção da paz, estabilidade e segurança na região (MOHAMMED, 2007). Além disso, o órgão também objetiva a segurança alimentar, estimular as trocas entre os países, planejar políticas de desenvolvimento em conjunto e desenvolver a infraestrutura, melhorando a conexão entre os membros.

Buscando testar a eficácia da IGAD na mediação de conflitos, a organização agiu na Somália e Sudão em 2002 e 2000, respectivamente, obtendo relativo sucesso. A intervenção da IGAD culminou na bem sucedida conclusão do Amplo Acordo de Paz²⁹ (CPA) para o Sudão, em 2005, e Processo de Paz de Nairobi para Somália, em 2004. Apesar de existirem críticas em relação a essas iniciativas, como a ausência de um sistema detalhado de como os conflitos devem ser combatidos, o seu sucesso incentivou o secretariado da organização a desenvolver uma estratégia abrangente de paz e segurança para toda a região.

Segundo o Livro Branco etíope, existem vários problemas no âmbito da IGAD: o primeiro deles encontra-se na ausência de financiamento e recursos humanos; o segundo é apontado como a falta de interesse de outros, que não teriam tanta preocupação com o desenvolvimento da organização quanto os etíopes; por fim, o terceiro, está nas relações entre os Estados membros, principalmente com a Eritreia, que tem resistência à liderança etíope na iniciativa. O documento apontou, por fim, que um dos objetivos da política externa da Etiópia é o fortalecimento da IGAD (ETIÓPIA, 2002).

²⁹ O acordo foi assinado em 2005 e objetivava mediar o conflito entre o governo sudanês e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLAM/A) que disputavam sobre questões como recursos naturais, religião e autodeterminação.

De acordo com Dias (2013), Addis Abeba alcançou um papel central na IGAD durante a gestão de Meles Zenawi. A dedicação do país a essa organização regional se encontra na importância da estabilização do Chifre Africano para o seu desenvolvimento. O Chifre é uma região marcada pela desconfiança: no caso da Somália, por exemplo, os etíopes enfrentam dificuldades em atuar, tanto pelo histórico político compartilhado entre eles quanto pela proximidade - da Etiópia - com os EUA. Assim, o órgão multilateral oferece uma alternativa para agir em outros países, evitando essa desconfiança (MOHAMMED, 2007).

4.2.4 União Africana

A Organização da Unidade Africana teve origem em 25 de maio de 1963, na Etiópia. Concebida durante o governo de Hailé Selassié, no contexto das independências africanas, inicialmente contava com 32 membros. Os propósitos principais da organização eram: a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados africanos; a coordenação e intensificação da cooperação e esforços para alcançar uma melhor qualidade de vida para o povo africano; defender a soberania, integridade territorial e independência dos países; erradicar todas as formas de colonialismo da África e promover a cooperação internacional de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta das Nações Unidas (AFRICAN UNION, 2000).

De acordo com Visentini (2013), a abrangência nas áreas de cooperação, somada a grande quantidade de países membros limitou a ação da organização em seus quarenta anos de existência. Dessa forma, a OUA pouco pôde atuar em combate aos conflitos ocorridos ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Além disso, os países africanos não contribuíam para o orçamento da organização, o que a deixava apenas com a funcionalidade de tribuna e de representação externa do continente.

Buscando inverter esse quadro, em nove de julho de 2002, através do Ato Constitutivo assinado em Lomé (Togo), a Organização da Unidade Africana foi substituída pela União Africana, compreendendo hoje 54 membros. Essa mudança não foi apenas de nomenclatura, marcou a alteração da concepção dos Estados sobre a não intervenção para uma concepção de responsabilização na promoção da paz, segurança e estabilidade dentro das fronteiras nacionais (SANTOS, 2011).

Baseada em Addis Abeba, a UA tem um relacionamento próximo com a Etiópia. A organização aprovou o direito etíope de defender-se quando emanaram ameaças da

Somália, em 2006. Um dos desafios da UA é auxiliar a IGAD em projetar e executar uma ordem regional para paz e segurança no Chifre Africano, que garanta a integridade dos processos democráticos em cada um dos países (MOHAMMED, 2007).

A Etiópia, por ser um dos Estados independentes mais antigos da África, procurou atuar de maneira central nas organizações regionais e continentais. Nesse sentido, o papel mais notável é de país anfitrião da Comissão da União Africana, desde o período em que era OUA. Apesar das discussões para que a sede mudasse de lugar - ou África do Sul, ou Líbia - o governo etíope conseguiu mantê-la. Através de um melhoramento na infraestrutura de Addis Abeba, e financiamento Chinês para a construção de uma nova sede em 2007, o país permaneceu como o anfitrião da organização (JANES, 2009).

A Etiópia é um dos principais colaboradores nas operações de paz africanas, havendo participado de diversas missões no âmbito da União Africana e da ONU. Em virtude disso, o país se coloca como um ator central na ampliação da segurança regional e continental, reforçando seu papel em busca de liderança regional ao enviar tropas para a primeira missão de paz em Burundi, em 2003 (JANES, 2009). De acordo com dados de janeiro de 2013 (ONU, 2013), a Etiópia é o quarto país que mais envia equipes pacificadoras no mundo, com um número de 6.498 indivíduos empregados (entre soldados e especialistas). As missões em que o país está envolvido são: Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID); Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL); Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA); Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) e Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI). Em 2013 os etíopes demonstraram interesse em unirem-se também na Missão da União Africana na Somália (AMISON), país do qual havia se retirado em 2006.

Com a participação etíope nessas iniciativas, atesta-se que o país não busca apenas a liderança política continental, porém também afirmar-se militarmente. De acordo com Dias (2013), a participação de Addis Abeba nas missões de paz, na intervenção para manutenção do Governo Federal de Transição na Somália (reprimindo a expansão das forças islâmicas), e por fim, na permanência de seu exército ao longo da fronteira com Eritreia e Somália comprovam a habilidade organizacional e de projeção das Forças Nacionais de Defesa da Etiópia (FNDE, em inglês).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, a Etiópia se mostra bastante afastada dos mitos comuns atribuídos a ela. O país permanece, sim, bastante pobre, porém a miséria não é inerente ao Estado. Por outro lado, ela tampouco é a pátria idealizada dos afro-americanos, também houve exploração e subjugação nesse país. A Etiópia é, na realidade, um país no processo de desenvolvimento, que passou por grandes mudanças em um curto espaço temporal. Há menos de quarenta anos, a nação se configurava em um reino absolutista, baseado em estruturas feudais. Desde então, o país passou por dois movimentos revolucionários, o primeiro deles oriundo do centro, enquanto o outro das periferias do país.

Também nessas quatro décadas, os etíopes tiveram de lidar com a perda de um território importante, a Eritreia, que lhes concedia acesso ao Mar Vermelho, e diversos conflitos com os países vizinhos. Mesmo com a queda do marxismo no país multiétnico, os etíopes conseguiram se recuperar e adotar uma grande saída para o problema da diversidade no país. Foi adotado o federalismo étnico, que manteve os povos unidos com a concessão de autonomia e o direito de autodeterminação.

Meles Zenawi, o Primeiro Ministro desde meados dos anos 1990 até 2012 foi classificado pelos países ocidentais como pertencente a uma nova geração de líderes africanos. Coincidentemente, o mesmo comentário também feito sobre Hailé Selassié durante seu governo absolutista. Dessa maneira, ao longo dos últimos anos, a Etiópia continuou mantendo as características autocráticas em sua política. Entretanto, mesmo com esse aspecto perseguindo a política etíope - e tantas alterações em tão pouco tempo - o país alcançou mudanças positivas. De acordo com Tareke (2009), a vitalidade e relativa ordem nas cidades Etíopes de Addis Abeba, Awassa, Bahir Dar e Mekele são impressionantes aos visitantes. Houve melhora no acesso da população à água potável e a centros de saúde.

Em relação às relações regionais no pós-Guerra Fria, os principais focos de preocupação da Etiópia permaneceram a Eritreia e a Somália. Mesmo com o fim do conflito contra a Eritreia em 2000, a zona de fronteira manteve-se como um local de tensão. Por sua vez, o caso da Somália se encontra mais delicado na percepção de Addis Abeba. As intervenções para tentar estabilizar o país foram infrutíferas, e as milícias somalis se uniram a facções contrárias ao EPRDF. Em 2006, a Etiópia invadiu o

território somali, apoiada pela União Africana, porém também foi malsucedida, e permanece vigiando a fronteira, da mesma forma que faz com a Eritreia.

Percebe-se que, ao longo de sua história, a Etiópia participou dos principais conflitos no Chifre Africano. Dessa forma, pode-se dizer que acabava por ser o centro da instabilidade - ou estabilidade - da região, uma vez que a insegurança tinha a tendência de transbordar para seu território. Por um lado, enquanto um Estado forte, os etíopes conseguiram evitar que as insurgências nos países se tornassem conflitos em grande escala. Por outro lado, quando passou por dificuldades domésticas, como durante a ascensão do regime socialista, os movimentos separatistas e agressões externas emergiram. Hoje, o país se encontra domesticamente estável, e apesar de bastante pobre possui um forte senso de identidade estatal e tradição militar, que fortalecem a possibilidade de perseguir uma política de interesse nacional.

Assim, a partir do exposto, conclui-se que a Etiópia exerce um papel fundamental para a conquista e manutenção da estabilidade regional. Desde 2002, foi determinada como principal meta da política externa a pacificação do Chifre Africano, de maneira que a Etiópia tem investido para que isso ocorra. É importante ressaltar que os etíopes não foram sempre os agressores nos conflitos regionais estudados. A primeira guerra contra Eritreia foi um conflito por independência. Já em Ogaden e na guerra de 1998 contra os eritreus, o país apenas defendeu-se para manter a integridade territorial. Aprendendo com experiências passadas, Addis Abeba é uma das maiores interessadas na reconstrução estatal da Somália, e na prevenção de um novo conflito contra a Eritreia. Dado que a busca pelo desenvolvimento etíope, e do Chifre Africano, apenas pode ocorrer com a estabilidade da região.

O interesse nacional em ser um agente pacificador do Chifre Africano não é, portanto, um gesto de altruísmo. A sua política externa está interligada a um projeto de desenvolvimento do país, o que culmina na busca pela reconstrução das relações regionais. Em uma região como o Chifre, em que a interação dos países é caracterizada pela desconfiança, Addis Abeba tem um longo caminho a percorrer na busca dessa nova configuração. Deve ser considerado, para tanto, que está cercada não por inimigos, mas por jovens países no seu processo de construção estatal, principalmente no caso de Eritreia e Somália.

A Etiópia é capaz de atingir o objetivo da estabilização: conta com relativa estabilidade doméstica; Forças Armadas preparadas para projeção em outros países; e experiência nas missões de paz empreendidas no continente. Além disso, seu papel de

agente da segurança regional encontra aprovação dentro e fora da África. As iniciativas regionais da IGAD e União Africana apoiaram a intervenção na Somália em 2006. Além disso, os etíopes se tornaram bastante próximos dos EUA, principalmente por combater a União das Cortes Islâmicas. Addis Abeba, na ocasião, agradeceu seus aliados norte-americanos, empenhados no combate ao terrorismo na região.

Como já apresentado, um dos maiores desafios para o desenvolvimento etíope é a pacificação do Chifre Africano. Ao longo dos conflitos regionais, os gastos do governo foram direcionados para a manutenção de exércitos enormes e armamentos, enquanto outros setores foram colocados em segundo plano. Apenas no conflito contra a Eritreia, em dois anos ambos os países gastaram aproximadamente um bilhão de dólares. Esses dispêndios continuam, embora em menor medida, ao passo que permanecem as tensões nas zonas de fronteira. Por outro lado, durante os últimos dez anos, a estabilidade possibilitou um crescimento de dois dígitos no país. Além disso, as áreas da saúde, educação e infraestrutura receberam maiores investimentos.

O desenvolvimento da Etiópia também se encontra desafiado pela acomodação interna das etnias, dependendo da sobrevivência do federalismo étnico. Apesar do autoritarismo durante a gestão de Meles Zenawi, a saída encontrada por seu governo para acomodar os diferentes grupos do país foi bem aceita, podendo até ser considerada como um exemplo para os outros países africanos. Como exposto, o papel central que as etnias passaram a ter no Estado etíope vai de encontro com o que sucede na maioria dos países africanos, em que esses grupos se tornaram um assunto delicado na esfera política.

Com a morte do Primeiro Ministro Zenawi, surge a dúvida de como será conduzido o país a partir da ascensão de um novo governante. As alianças que Zenawi efetuou com outras facções possibilitaram sua sobrevivência, ainda que tenha oprimido fortemente a população. Com o novo Primeiro Ministro Hailemariam Desalegn, coloca-se o seguinte questionamento quanto ao futuro etíope: se seguirá para um caminho mais democrático, ou continuará dificultando a eleição de membros da oposição. O retorno do processo democrático no país, interrompido em 2005, também é um desafio ao seu desenvolvimento.

A população etíope em 2025 está estimada em 175 milhões de pessoas (TAREKE, 2009). Essa previsão se apresenta ao mesmo tempo como um grande desafio e um estímulo ao fortalecimento das relações entre os países. Não há como comportar uma população tão grande sem antes discutir questões como a construção de

infraestrutura, utilização dos recursos hídricos, acesso portuário e combate às secas. A IGAD, órgão criado inicialmente para incentivar o desenvolvimento entre os países, pode se colocar como uma boa saída para atender a essas demandas e diminuir a desconfiança entre eles.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. **Constitutif Act of African Union**. Togo, 11 jul. 2000. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013

BOU, Luis César. **África y la Historia**. [S.l.]: Observatorio de Conflictos, 2001. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/93954.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Conflito armado na Somália : análise das causas da desintegração do país após 1991**. Trabalho de conclusão de graduação (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012

CASCÃO, Ana Elisa. Resource-based Conflict in South Sudan and Gambella (Ethiopia): when water, land and oil mix with politics. In. DIAS, Alexandra M. **State and Societal Challenges in the Horn of Africa: Conflict and processes of state formation, reconfiguration and disintegration**. Lisbon: Center of African Studies (CEA) ISCTE-IUL, University Institute of Lisbon, 2013. p. 143 - 165. Disponível em: <<http://http://cea.iscte.pt/duka/state-and-societal-challenges-in-the-horn-of-africa-conflict-and-processes-of-state-formation-reconfiguration-and-disintegration/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook**. Washington, DC., 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/et.html>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CLAPHAM, Christopher. The Socialist Experience in Ethiopia and its Demise. **The Journal of Communist Studies**, v. 8, n. 2, 1992.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: the politics of state survival**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

CRISTIANI, Adela Beatriz Escobar. El federalismo étnico en Etiopía: ¿Un nuevo modelo de participación? In. **Congreso Internacional de Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África (ALADAA)**, 12, México, D. F, 2007. Disponível em: <

<http://ceaa.colmex.mx/aladaa/XII%20CONGRESO%20INTERNACIONAL%20DE%20ALADAA/escobarbeatriz.pdf>>. Acesso em 13 de out. 2013

DIALLO, Mamadou Alpha. **Paz e Desenvolvimento na África do Seculo XXI: Um Balanço Do Período Pós-Guerra Fria**. Videre, Dourados, ano 3, n. 5, p. 43-61, jan./jun. 2011. Disponível em:<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/viewFile/1023/pdf_58> . Acesso em: 10 nov. 2013.

DIAS, Alexandra Magnólia. A reconstrução da Etiópia e influência regional na era Meles Zenawi. **Janus Anuário 2013**, Lisboa, p. 44-45, mar. 2013. Disponível em: <http://www.janusonline.pt/popups2013/2013_1_18.pdf>. Acesso em 14 nov. 2013.

ETHIOPIA. African Statistical Yearbook. Belvédère Tunis, p. 180-184, 2013. Disponível em: <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African%20Statistical%20Yearbook%202013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013

ETIÓPIA. Constituição (1931). **Constituição do Império da Etiópia**: promulgada em 16 de julho de 1931. Disponível em:< http://www.ras-tafari.com/documents/EN_Ethiopian_Constitution_1931.pdf>. Acesso em 15 ago. 2013.

ETIÓPIA. Constituição (1994) **Constituição da República Federal Democrática da Etiópia**: promulgada em 8 de dezembro de 1994. Addis Abeba, 1994. Disponível em: <<http://www.ethiopia.gov.et/web/pages/preamble-to-the-constitution>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013. Acesso em 15 out. 2013.

ETIÓPIA. Ministry of Information Press and Audiovisual Department. **Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy**. Addis Abeba, nov. 2002. Disponível em: <http://www.mfa.gov.et/docs/Foreign%20Policy%20English.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2013.

HALLIDAY, Fred; MOLINEUX, Maxine. **The Ethiopian Revolution**. London: Verso Editions and NLB, 1981.

FALK, Pamela S. **Cuban Foreign Policy: Caribbean Tempest**. EUA: Lexington Books, 1986.

JANE's (2009). **Ethiopia: Country Profile**.

LEVINE, Donald. Haile Selassie's Ethiopia: Myth or Reality? **Africa Today**, v. 8, n. 5, p. 11-14, May 1961. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4184215> .> . Acesso em: 22 set. 2013

LYONS, Terrence. **Ethiopia: Assessing Risks to Stability**. Washington, D.C: Center for Strategic and International Studies, jun. 2011. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/110623_Lyons_Ethiopia_Web.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013

MARCUS, Harold G. **A History of Ethiopia**. Berkeley: University of California Press, c1994. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft109nb00g/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2013.

MEKONNEN, Daniel R. TESHAGIORGIS, Paulos .The causes and consequences of the Eritrean-Ethiopian border conflict: The need for a holistic approach towards transitional justice. In. MESFIN, Berouk. SHARAMO, Roba. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011. p. 65-94. Disponível em: < <http://www.issafrika.org/uploads/Monograph178.pdf>> Acesso em 20 jul. 2013.

MESFIN, Berouk. The Horn of Africa Security Complex. In. MESFIN, Berouk. SHARAMO, Roba. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011. p. 01-30. Disponível em: < <http://www.issafrika.org/uploads/Monograph178.pdf>> Acesso em 20 jul. 2013.

MOHAMMED, Abdul. (2007). Ethiopia's Strategic Dilemma in the Horn of Africa. **Social Science Research Council (SSRC)**. Disponível em:<http://hornofafrica.ssrc.org/Abdul_Mohammed/>. Acesso em: 7 ago. 2010.

MULUGETA, Kidist.The Ethiopian-Eritrean War of 1998–2000: An analysis of its causes, course, impacts and prospects. In. MESFIN, Berouk. SHARAMO, Roba. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011. p. 31-64. Disponível em: < <http://www.issafrika.org/uploads/Monograph178.pdf>> Acesso em 20 jul. 2013.

ONU, **Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations**, 31 jan. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2013/jan13_2.pdf>. Acesso em 14 nov. de 2013

REGASSA, Robert. **Ethio-Eritrean Relations: Problems and Prospects in the Aftermath of Algiers Peace Agreement**, 2011.Tese, (Masters Of Arts(Ma) in

International Relations) - Department of Political Science and International Relations, School of Graduate Studies, Addis Ababa University, Addis Ababa, jun. 2011.

Disponível em:

<<http://etd.aau.edu.et/dspace/bitstream/123456789/3791/1/Robera%20Regassa.pdf>>.

Acesso em 21 ago. 2013

SABALA, Kizito .Regional and extra-regional inputs in promoting (in)security in Somalia. In. MESFIN, Berouk. SHARAMO, Roba. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011. p. 95-118. Disponível em: < <http://www.issafrica.org/uploads/Monograph178.pdf>> Acesso em 20 jul. 2013.

SANTOS, Luiz Ivaldo V. G.. **A arquitetura da paz e segurança africana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em:<<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/535.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. **Rev. bras. polít. int.** Brasília , v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2013.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror: New Approaches to African History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHNEIDER, Luíza Galiuzzi. **O papel da guerra na construção dos Estados modernos** : o caso da Etiópia. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHWAB, Peter. **Ethiopia: Politics, Economics and Society**. London: Francis Pinter Publisher, 1985.

SELASSIE, Alemante G. Ethiopia: Problems and Prospects for Democracy. In. **William & Mary Law School**, v.1, n. 2 p. 204-226, 1992. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/wmboj/vol1/iss2/4>>. Acesso em: 15 set. 2013

TAREKE, Gebru. **The Ethiopian Revolution**. War in the Horn of Africa. London: Yale University Press, 2009.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **As revoluções africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo : Ed. UNESP, 2012.

Visentini, Paulo Gilberto Fagundes. Da Marginalização ao “Renascimento Africano”. In.: **História da África e dos africanos.** VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 145-187.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A guerra fria:** o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre : Leitura XXI, 2004.

VOLSKY. George. Cuba. In: HENRIKSEN, Thomas H. **Communist Powers and Sub-Saharan Africa.** California: Hoover Institution Press, 1981. p. 57-83.

WASARA, Samson S. Conflict and State Security in the Horn of Africa: Militarization of Civilian Groups. **African Journal of Political Science**, [S.l], v. 7, n. 2, p. 39-60, Dec. 2002. Disponível em: <<http://archive.lib.msu.edu/DMC/African%20Journals/pdfs/political%20science/volume7n2/ajps007002004.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2013

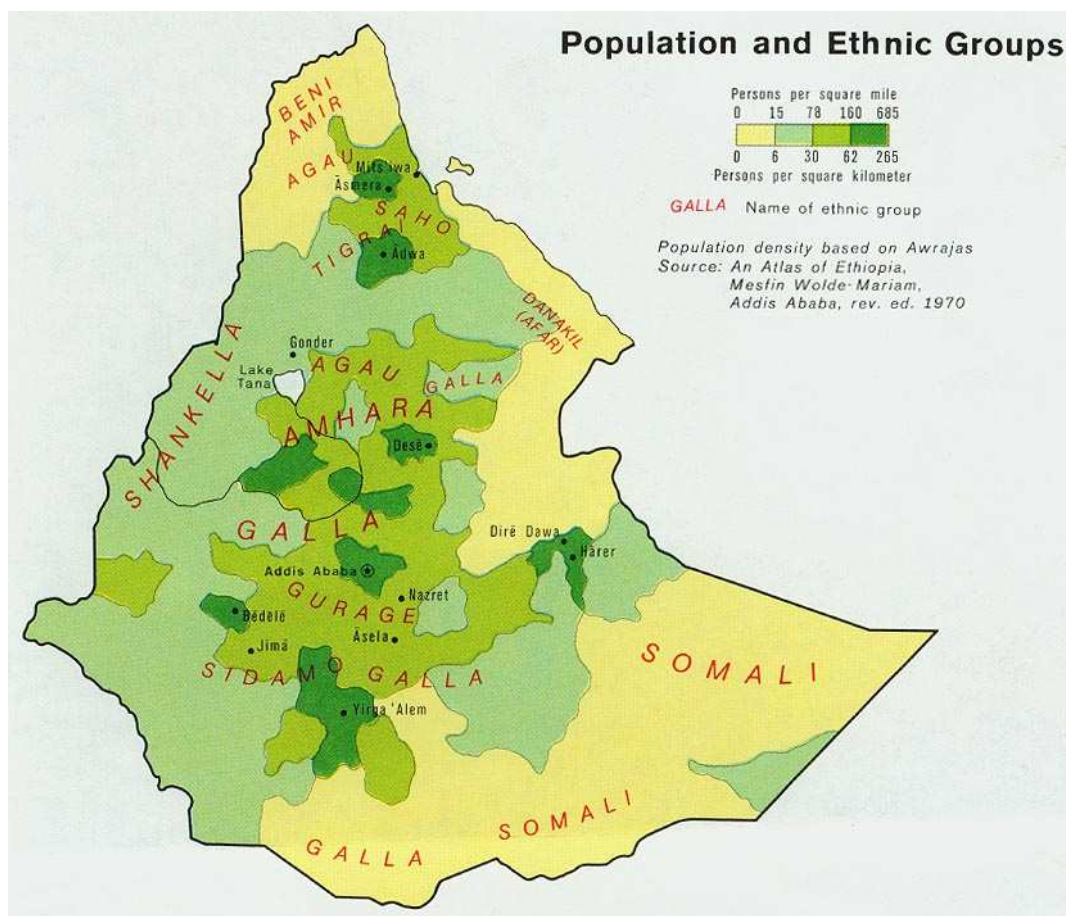
ZEWDE, Bahru. Eritrea and Ethiopia: in a quest of a culture peace and dialogue. In: **Scholarly Conference on the Ethiopia-Eritrea Conflict**, 2006, Oslo, The Search for Peace: the conflict between Ethiopia and Eritrea, Oslo, Leenco Lata, 2007, p.15-23.

ANEXO A – MAPA ATUAL DA ETIÓPIA

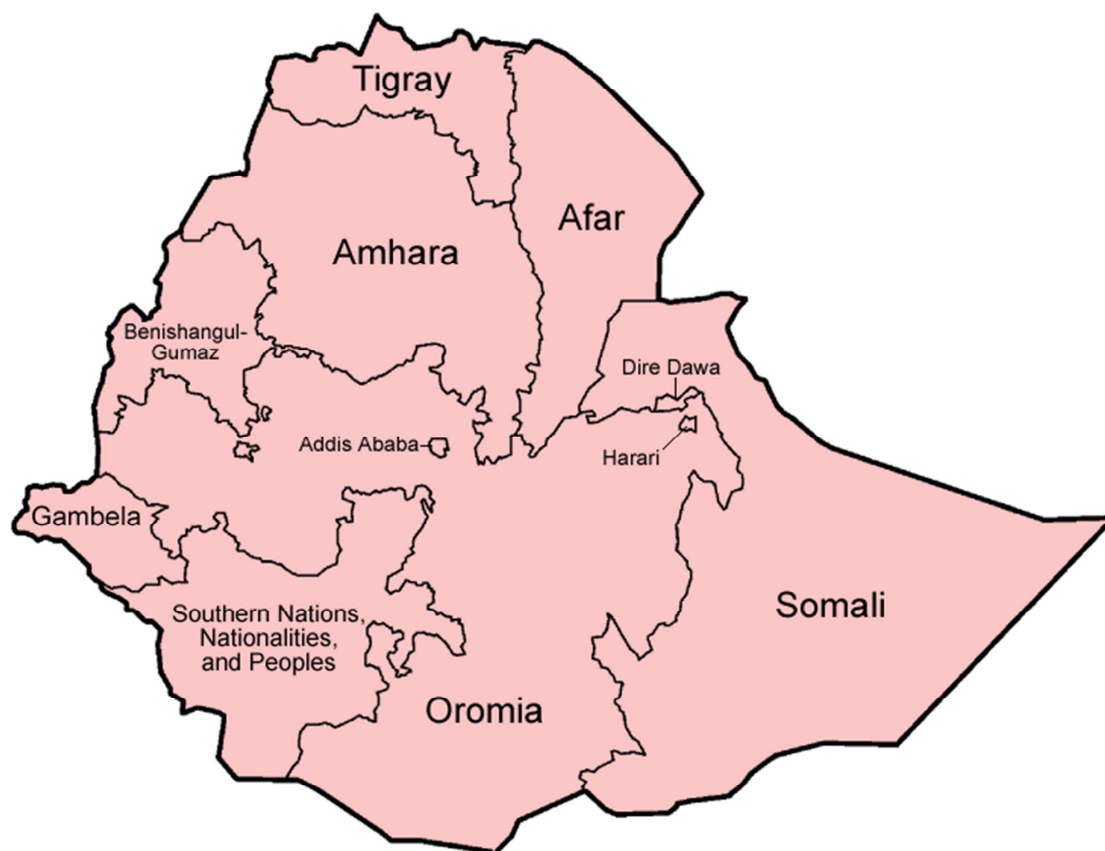


Fonte: UNITED NATIONS. **Horn of Africa**. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/horne.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2013.

ANEXO B – MAPA DENSIDADE DEMOGRÁFICA E ETNIAS



Fonte: MYWEB. **Maps Page on Ethiopia**. Disponível em:
<<http://myweb.unomaha.edu/~tdoerr/geog3000/maps.htm>>. Acesso em 12 nov. 2013.

ANEXO C – MAPA DAS ZONAS ADMINISTRATIVAS

Fonte: WIKIMEDIA. **Ethiopia Regions**. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/05/Ethiopia_regions_english.png>. Acesso em 12 nov. 2013.

ANEXO D – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DE OGADEN



Fonte: WIKIPEDIA. **Karte Ogaden Haud Somali**. Disponível em: <
http://www.commonswiki.org/wiki/File:Karte_Ogaden_Haud_Somali.png>. Acesso em 12 nov.
2013.